

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes
Sprenger



Mônica
Leal



Aldacir
Oliboni



Cláudia
Araújo



Psicóloga
Tanise
Sabino



Ramiro
Rosário

007ª COSMAM 26MAR2024

Pauta: Construção das 12 Unidades de Saúde – US Santo Alfredo (Partenon), CF Glória, US Planalto (Norte), US Esmeralda (Lomba do Pinheiro), US Quinta Portal (Lomba do Pinheiro), CF Porto dos Casais (Centro), US Lomba do Pinheiro, CF José Mauro Ceratti (Vila Castelo-Restinga), US Assis Brasil (Norte), US Maria da Conceição (Vila Conceição), CF Beco do Adelar (Belém), US Leopoldina e US Coinma (Norte), em Porto Alegre, e as reformas dos PAs Lomba do Pinheiro e Bom Jesus.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (10h12min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Bom dia a todos, hoje a pauta é construção das 12 unidades de saúde. O proponente é o Ver. Aldacir Oliboni, o qual já convido, de imediato, para compor a Mesa. Cumprimento meus colegas vereadores Oliboni, Tanise e Ramiro Rosário. Sra. Vânia Frantz, diretora de Atenção Primária da Secretaria Municipal da Saúde; Sr. Paulo Ricardo Bobek, coordenador municipal de urgências da Prefeitura; Sra. Márcia Bento, promotora de justiça da saúde, representando o Ministério Público; Sr. Waldir José Bohn Gass, do Conselho Municipal de Saúde; Dr. Rafael Abech, da OAB; Sra. Maria Eliane Silva, representante do OP do Extremo-Sul; Sra. Sílvia Albertina Goulart, representando a ONG Esmeralda. Esta é mais uma

pauta que trata da saúde, que é inerente à nossa comissão, proposta pelo Ver. Oliboni; de imediato passo a palavra para o proponente.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia, nobre presidenta da nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Ver.^a Lourdes, ao saudá-la, saúdo os meus colegas aqui, a Ver.^a Tanise, o Ver. Ramiro; temos também aqui na comissão, mas ainda não chegou, a Ver.^a Mônica e a Ver.^a Cláudia. Quero saudar aqui os nossos convidados, como todos são, tanto a comunidade quanto também as representações, a Secretaria Municipal da Saúde, a coordenação dos prontos atendimentos, o Conselho Municipal de Saúde, a OAB, os conselhos distritais, importantes, porque são 10, 12 regiões. Todos eles debatem esse assunto da construção das novas unidades desde o governo anterior, quando se discutia aqui na Casa a possibilidade de construir 10 novas unidades de saúde, ou reformá-las, e também a grande mudança dos dois prontos atendimentos em UPAs, que seria o da Lomba o Pinheiro e o da Bom Jesus, e que até então ainda não foram. Várias dessas unidades nós discutimos aqui na Câmara, lá no governo anterior e neste governo; este governo prometeu construir dez unidades. Quais delas foram construídas? Nenhuma. Qual delas tem a planta já pronta para licitação? Vamos tentar saber hoje. Poderíamos dar um exemplo na parcerização que o governo tem com o GHC, discutimos aqui por três ou quatro reuniões, no ano passado, em que houve o compromisso do GHC apresentar as plantas. Foram entregues as plantas num ato simbólico aqui na Câmara. O governo municipal iria colocar a licitação na rua, e até então não vimos nada. As pessoas são atendidas nas unidades de saúde com uma enorme precariedade. Nós estamos enfrentando várias pandemias, não foi só a de covid, veio agora a dengue. E nós percebemos que a população está recebendo aquém do que merece, um tratamento humanizado. Nós queremos inclusive dizer que, nesta lista das dez unidades e dos dois prontos atendimentos, temos aqui as seguintes unidades: Unidade Básica de Saúde Santo Alfredo, que fica na região leste de Porto Alegre. Eu gostaria que depois todos os que estão aqui, representando essas unidades, pudessem se inscrever para falar sobre a importância da

construção dessas unidades, porque a grande maioria, inclusive, já está com terreno cedido. A Unidade Básica de Saúde Santo Alfredo, com previsão de três equipes do Programa de Saúde da Família, porque são da Atenção Básica há anos, inclusive a Vânia, que pertencia à região leste, hoje é diretora da secretaria, pode nos dar um relato da enorme dificuldade e da burocracia que, enfim, está impedindo a licitação de algumas obras. Nós precisamos ter uma atenção muito mais humana e mais presente. Unidade Básica de Saúde Santo Alfredo é uma unidade que a comunidade aguarda ansiosamente. A clínica da família da Unidade de Saúde Glória, também com terreno já cedido – o Waldir Bohn Gass aqui esteve em várias reuniões. Nós solicitamos, na gestão anterior, inclusive fomos ao local, um terreno cedido pelo Município, e até agora nada. Unidade de Saúde Planalto, Passo das Pedras, Zona Norte, também com a promessa de que poderia ser construída nesse grupo das dez unidades – até então não vimos nada sobre isso. Unidade Saúde Esmeralda, que fica lá na Lomba do Pinheiro, já com terreno pronto, anunciada inclusive em alguns momentos, pelo secretário, a construção dessa unidade, mas até agora nada aconteceu. Unidade de Saúde Quinta do Portal, também na Lomba do Pinheiro, com promessa de ter três equipes do Programa de Saúde da Família – nada sobre isso, nem edital, nem a planta. Clínica da Família Porto dos Casais, na Ponta Grossa, como é que está o andamento disso? A comunidade cobra, e o Conselho Distrital não tem tido resposta sobre isso. Clínica da Família José Mauro Ceratti, vila Castelo, Restinga, é outra unidade que a comunidade está ansiosa, aguardando, já da gestão anterior para esta, prometida nessa gestão, mas nada aconteceu. Unidade de Saúde Assis Brasil, Sarandi, Zona Norte, também comportaria três equipes da Atenção Básica, não temos retorno. Unidade de Saúde Conceição, aqui na região leste, com terreno cedido há anos, já com várias reuniões no local, inclusive algumas chamadas pela própria Ver.^a Lourdes, nada ainda. “Ah, mas está para sair o edital.” Mas não sai, não sai o edital. Clínica da Família Beco do Adelar, Aberta dos Morros – todo mundo conhece, uma realidade precaríssima de um atendimento, não se tem resposta. Eu falo disso porque são unidades já discutidas aqui há anos, prometidas pelo

governo anterior, feito o dito projeto de financiamento, via BIRD, e até então nada. Outros financiamentos, financiamentos consorciados aqui na Câmara foram aprovados, viabilizaram outras obras, mas na saúde parece que não está avançando. Unidade de saúde Jardim Leopoldina e Coinma – nós discutimos aqui várias vezes, comemoramos um dia no plenário, com as comunidades lotando o plenário, quando o GHC entrega as plantas para poder ser executada pelo Município, com edital na parcerização já, me parece que foi claro e preciso, já vem há anos, há muitos anos, e coube agora que o mesmo secretário assume a pasta em Porto Alegre, Fernando Ritter, e o mesmo diretor, Barichello, assume a superintendência do GHC, voltam a discutir o assunto, fazem um acordo, mas não sai a licitação. E a comunidade está cobrando! Os PAs, PA da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, eram para serem transformados em UPAs, aumentando o atendimento, humanizando de fato o atendimento, criando uma possibilidade, inclusive, de o governo municipal receber um recurso maior do governo federal para poder mantê-las. Está muito lento, está muito demorado; queira ou não, vereadoras Lourdes, Tanise, cidadãos e cidadãs que estão aqui, nós somos muito cobrados, nós temos que fazer isso, pelas comissões, dar atenção às pessoas para virem aqui falar da importância dessas unidades. E cabe ao gestor, independente quem quer que esteja, dar uma satisfação à população; portanto, inicialmente faço esta fala, nobre presidente, agradeço aqui a oportunidade e a pauta, gostaria muito de ter aqui uma posição positiva, diretora Vânia, embora o secretário não tenha vindo, mas é importante que a gente saia daqui com um calendário de ações. Este é um ano que promete, vai até logo depois da metade do ano, depois para tudo. Nós precisamos saber o que vai acontecer nesse ano e o que vai ficar? Vai ficar muita coisa pela promessa, infelizmente, mas nós precisamos saber aqui, inclusive criar uma comissão de obra regional para cada unidade, para que os conselhos distritais abracem essa possibilidade de dialogar mais rápido, mais seguido, com o governo municipal, na ideia de poder sair a licitação e poder executar a obra. Muito obrigado, sejam bem-vindos!

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, vereador. Passo a palavra para a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD): Bom dia a todos; saúdo a presidente desta comissão, nosso colega, Ver. Oliboni, proponente dessa pauta, parabenizo-te, inclusive, por essa pauta, nossos convidados, o público presente. Quero te dizer, Oliboni, que essa pauta da questão das unidades básicas de saúde é muito importante, é muito pertinente, pois o nosso propósito com isso é qualificar o serviço de saúde, é disponibilizar mais atendimento, é humanizar o serviço de saúde. Isso nós estamos falando sobre atenção à saúde, Atenção Primária. Eu quero, inclusive, Ver. Oliboni, me somar nessa pauta, eu já venho conversando inclusive com o nosso secretário de Saúde, Fernando Ritter, que nós também, além de termos mais unidades de saúde, também pensar a equipe de saúde, não é Vânia. Tenho falado com o secretário no sentido de ter psicólogos nos postos de saúde. Vocês sabem que eu tenho feito um roteiro em todos os CAPS, são 15 CAPS na nossa cidade, CAPS infantil, CAPS AD, CAPS III, CAPS II, enfim; agora recentemente fui ao CAPS AD III, Noroeste, e a sua coordenadora me falou que ela estava com uma situação de uma paciente, grávida, uma gestante, que era usuária de drogas; então, quando ela chegou no posto para tratar as questões dela, enfim, de saúde, como ela era dependente química, já foi encaminhado direto para o CAPS, então, assim como a gente vê que falta essa questão da humanização, do bom atendimento no posto de saúde; se tivesse um psicólogo no posto de saúde, também acho que iria facilitar, iria acolher, iria entender mais essa demanda. Então, a minha luta tem sido essa, Oliboni. Nós já conseguimos 27 psicólogos nas escolas, pelo projeto Incluir+POA; agora nós estamos lutando também para ter psicólogo nas unidades de saúde, para ter esse acolhimento na área da saúde mental, que infelizmente tem sido uma área afetada com diversos transtornos, diversos agravos, como ansiedade, depressão e outras questões. Então, vereador, parabéns pela pauta. Muito obrigada!

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passo a palavra para a Sra. Vânia Maria Frantz, representando a Prefeitura. Na sequência, para o Sr. Paulo Ricardo Bobek fazer suas explanações, e demais componentes da Mesa.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Bom dia, Ver.^a Lourdes, bom dia demais vereadores, demais componentes da Mesa, toda a comunidade aqui presente. Acho que falar dessa dessas unidades, dessa situação para nós, é muito valoroso porque, como bem citou o Ver. Oliboni, já conhecemos um pouco da nossa rede de saúde de alguns anos enquanto servidora do Município e já tendo tido a oportunidade de, em alguns momentos, fazer alguns primeiros encaminhamentos dessas unidades. Eu vou seguir aqui a ordem que o vereador apresentou, começando com a Unidade Santo Alfredo. A Unidade Santo Alfredo – Dona Helena, Seu Sérgio ali e demais – é uma unidade que vem ainda do Murialdo, foi municipalizada lá em 2009 e, a partir de 2013, a gente começou a busca diária para a construção de uma nova sede. Ela funciona numa sede locada que não é adequada, a gente reconhece que não é adequada e justamente por isso tentamos ir atrás. Com as mudanças de... Para fazermos, a gente sabe e é até estranho dizer isso aqui na Casa Legislativa, mas as leis que são necessárias também impõem situações que nos dão um tempo que é muito além do tempo que a comunidade precisa e espera. Então muitas situações a gente demora, por exemplo, lá esse terreno foi uma indenização administrativa, isso demorou; depois, a gente teve uma situação de ocupação, teve que ser retirado, já tinha uma ocupação, então foi a juízo. Isso tudo levou muito tempo para que o terreno realmente estivesse liberado para a construção. A partir da liberação, surgiu a oportunidade, e foi na gestão anterior, de uma contrapartida da MRV, então esse foi feito o acordo junto à CAADHAP – Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária e foi repassado à MRV. O que nós tivemos? Tivemos um contratempo que, tecnicamente, não se conseguiu chegar no consenso daquilo que é o mínimo exigido na qualidade da obra. A MRV tem recebido as notificações pela nossa Procuradoria, então ela está sendo advertida. Neste exato momento, chegou um novo projeto, uma revisão do

projeto deles; está em avaliação pelos nossos técnicos – a nossa engenheira Jose está aqui conosco – está em avaliação, mas já parece que teremos que ter novos ajustes, então vai se conversar com a Procuradoria para ver que outro mecanismo legal a gente tem, porque, enquanto isso, a MRV não nos entrega a obra e vai crescendo o orçamento. O orçamento hoje já está em R\$ 2,7 milhões. Agora, o que a gente viu? Nós precisamos ir para uma instância um pouco mais rigorosa, e o secretário Fernando estará conversando com o nosso procurador-geral para vermos qual é a melhor maneira de se organizar.

Unidade Glória, acho que antes de eu falar também de todas as unidades é importante... Creio que quando o vereador se reporta aqui ele se reporta a um compromisso assumido já na gestão anterior com financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento –, e esse financiamento – eu acho que essa é a parte importante – ele não ocorreu, ele não foi assinado até o momento. Teve algumas situações em que o Município precisou, não pela parte da saúde, mas o Município como um todo, de alguns ajustes e eles estão acontecendo. Então, não veio dinheiro. As comunidades perguntam para a gente? “E aquele dinheiro? E aqueles milhões que viriam?” Esses milhões não vieram, porque o BID efetivamente não foi assinado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: São burocracias, eu não tenho esse entendimento e esse conhecimento, tá? A gente sabe o quê? Tudo aquilo que foi planejado continua na lista de prioridades naturalmente, mas eu não saberia dizer da questão burocrática qual foi... o que está faltando para assinar. Ele não está desistido né? Mas o que está faltando para sair a assinatura. Então, acredito que teve alguns momentos que talvez as pessoas acreditaram que o dinheiro já estivesse na conta do Município. Não, esse dinheiro, de fato, não chegou para nós. Então o que nós fizemos já no ano passado? Fomos buscar outras fontes. Já se vinha buscando, e essas fontes vão desde situações de emendas parlamentares, recursos do Município e mais recentemente o PAC – Programa

de Aceleração do Crescimento – do governo federal. Então, todas essas unidades, nós cadastramos no PAC, todas. O que acontece? Porto Alegre tem hoje um potencial de cobertura de Atenção Primária que ultrapassa 95%. Isso não tem capitais com esse escopo tão bem definido. A cobertura efetiva são 82% da população, mas nós temos o potencial para passar de 95 com o número de equipes que nós temos. O que acontece? O Ministério, quando ele olhou isso, ele não priorizou no PAC uma cidade que já está melhor. Tem muitas cidades que têm 40, tem 30, tem 50, a gente está falando do País inteiro. Então, nós conseguimos, via PAC, primeira fase. Por que eu digo primeira fase? Porque a gente não pode aqui comemorar que conseguimos no PAC. Tem várias fases a passar ainda, então para não corrermos o mesmo risco do BID, de vocês acharem que o dinheiro está na conta. A primeira fase do PAC, nós tivemos a clínica de família Glória aprovada; estamos aguardando que o Ministério nos libere a documentação para a segunda fase, então foi a única unidade de Atenção Primária. Conseguimos no PAC, acho que uma luta histórica da Zona Sul a primeira fase também de uma policlínica para a região sul da cidade. Então policlínica o que é? Aquilo que alguns conhecem como centro de especialidade, outros como centro de saúde, o Ministério chama de policlínica. E conseguimos um CAPS III adulto. – Bom dia, Ver.^a Cláudia. – Então a Glória, a Unidade Glória hoje é uma que a gente tem uma expectativa bastante grande que consigamos avançar nas próximas fases do Ministério e que se consiga colocar em licitação. Unidade Planalto, os projetos estão 100% prontos. Nós já temos orçamento da obra e nós estamos pleiteando recurso. Foi uma unidade que também colocamos no PAC, não foi atendida, estamos ainda tentando que o Ministério consiga olhar para ela com recurso do PAC.

Unidade Esmeralda, eu não sei se tem aqui o pessoal do Esmeralda, enxerguei lá atrás. Esmeralda, como nós já anunciamos no dia 9 de março lá na Lomba do Pinheiro, nós conseguimos uma verba do Fun-Patrimônio do Município, e ela entrará em licitação. Já foi encaminhada a parte da saúde e ela entra em licitação. Lembrando, gente, que licitação é uma caminhada dentro da Prefeitura, atendendo a todas as legislações que nos são exigidas, mas, se tudo der certo,

ela entra provavelmente em execução ainda em 2024. Então, a Esmeralda, hoje, é de todas as nossas unidades, dessas 12, a que está em melhor situação. Unidade Quinta do Portal, eu até conversava ali com os moradores lá da região que foi também uma unidade que a gente já vem há alguns anos nessa busca. Conseguimos terreno, é um terreno, por uma característica inclusive da região lá, é um terreno mais sensível que precisa um projeto mais detalhado e, hoje, esse projeto está em execução junto à SMOI – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Aprovado aqui na Câmara, inclusive, aquelas contratações emergenciais da SMOI, nós temos uma equipe que trabalha para a saúde. Então esse grupo vem elaborando diversos projetos nossos e um desses é da Quinta do Portal. Esperamos que até o final do primeiro semestre os projetos estejam todos prontos. Muito especialmente para a comunidade, mas eu acho que para todos, quando a gente fala de projetos, a gente não está falando de desenho arquitetônico só; quando a gente diz projetos prontos é 100% pronto, é hidrossanitário, é elétrico, é fundação, é o kit completo, quando ele está pronto para ir para uma licitação. E só quando temos 100% dos projetos que a gente consegue orçar e ver de onde nós vamos colocar esse dinheiro.

Porto dos Casais, mesma situação, sendo elaborados os projetos junto à nossa própria coordenação de infraestrutura. Faz-se um projeto básico e esse projeto básico vai para licitação. Então, essa é uma unidade que os projetos demoram um pouquinho mais para ficarem prontos. Por outro lado, o que nós temos? Nós tivemos, a partir do movimento da comunidade da região da Ponta Grossa, várias emendas parlamentares para este ano que a gente vai conseguir qualificar a Unidade Ponta Grossa já existente, inclusive aumentando um consultório, melhorando algumas condições que vai atender a comunidade enquanto a gente ainda não tem o andamento da construção. Mauro Ceratti. A Mauro Ceratti deve ter os seus projetos concluídos - porque ela vai ser construída lá ao lado dos Bombeiros - até o final do primeiro semestre, também pela SMOI. US Assis Brasil, não sei se a comunidade Assis Brasil está aqui, a Assis Brasil, acho que é importante que a gente traga aqui que nós não conseguimos fazer nenhum movimento ainda por parte da nossa engenharia, porque a comunidade tem uma

dificuldade de definição de local. Então, ora é num local, ora em outro. Nós temos um caminho quase definido, que é a unidade de saúde Malcon, mas aí teve um novo movimento da comunidade para que não fosse na Praça Malcon, perdão, não unidade, na Praça Malcon. Então nós não encaminhamos nada, porque nós não temos como investir um dinheiro para fazer avaliação do terreno da Praça Malcon e depois chegar à conclusão de que não será ali. Então a Assis Brasil, de todas aqui citadas, é a que está mais atrasada, porque a gente ainda tem esse impasse junto à comunidade. GHC, eu estive inclusive recebendo as unidades, aqui o projeto, por parte, a colega Gerusa aqui conosco, já está com tudo pronto para a licitação, e a gente está só aguardando a entrada do dinheiro que vem do Tesouro. O dinheiro para as unidades GHC é fonte livre, não é do fundo municipal. Então a gente acredita que, no máximo nesse semestre, ele estará na rua para licitação. Unidade Beco do Adelar, também, confecção dos projetos junto à SMOI, entrega dos projetos todos prontos até o final desse semestre. Alguém falou lá do Lomba. O Lomba e Maria da Conceição exatamente a mesma situação, final do primeiro semestre, projetos prontos. Não, projetos. Por que a gente não pode fazer a licitação? A gente, para fazer a licitação, tem que ter 100% do dinheiro. Então, às vezes, as pessoas nos procuram e dizem assim: “Não, mas eu vou conseguir uma emenda de R\$ 500 mil.” Bom, uma emenda de R\$ 500 mil vai chegar lá, eu tenho um ano para gastar e se eu não tiver os outros R\$ 3 mil, R\$ 2.500,00, R\$ 4.500,00, se for a obra do GHG, os outros R\$ 20 mil, porque é uma obra mais cara, a gente não consegue colocar em licitação. E daí eu acho que talvez aqui... Eu estou vendo que a maioria aqui já passou dos 40, antigamente a gente via aquelas notícias daquelas obras que começavam, faziam as paredes e não terminavam. Por quê? Porque faziam licitações pela metade. Hoje a licitação é completa. Se eu não aportar 100% do dinheiro, não anda a licitação. Então claro que isso, às vezes, as pessoas dizem: “Olha, mas já tem uma emenda, um deputado ou um vereador já deu R\$ 1 mil, R\$ 1 milhão, R\$ 500 mil. Se a obra custa R\$ 4 milhões, a gente tem que ter R\$ 4 milhões. Basicamente, eu acho que essa é a situação do momento. Enquanto isso, acho que é importante dizer que em todas as unidades

e muito especialmente nas unidades parceirizada, a gente vem buscando fazer todas as adaptações possíveis, seja via fundo de reserva, que é uma verba menor, seja via emendas parlamentares, aquilo que é possível. Em alguns serviços, a gente infelizmente tem um limitador que às vezes não tem mais como melhorar, conforme várias que a gente já conversou, e aqui uma delas é a Esmeralda, a outra é a Santo Alfredo, que a gente já chegou no limite.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Eu quero citar que está presente na nossa reunião o Sr. Everton Borges, assessor de relações institucionais, representando o Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, e também, por último, recebemos a representante do Grupo Hospitalar Conceição, gerente de atenção primária à saúde, Gerusa Bittencourt, que já está na mesa e passo de imediato a palavra ao representante da Prefeitura, o Sr. Paulo Bobek, coordenador municipal de urgências.

SR. PAULO RICARDO BOBEK: Bom dia, Presidenta e vereadores da COSMAM, colegas da mesa e todos os presentes. Quero agradecer a oportunidade de a gente seguir com transparência, explicando como está o andamento das obras, como o Ver. Oliboni colocou. O pronto atendimento da Lomba do Pinheiro já está mais de 40% da obra realizada, espero que a gente consiga cumprir o calendário que eu acho que até setembro espero que a gente esteja pronto. A Bom Jesus, como está ocupando o mesmo prédio, que é unidade da diretora Vânia ali, nós estávamos com algumas pendências, tivemos que afinar, tivemos reuniões no conselho distrital lá e discussões na Secretaria, mas acho que agora a gente chegou num desenho a contento que a gente vai encaminhar para a SPDM para fazer os ajustes e, certamente, vamos ter que pedir reabertura do processo na Vigilância para validarem as mudanças feitas e isso vai envolver, claro, uma negociação financeira porque vai ter que se expandir área. Foi demanda da comunidade mantermos o serviço de atendimento à tuberculose, dentro da unidade, então a gente acabou acatando essa demanda que veio do Conselho, porque a ideia era realmente ter que sair,

o prédio tem uma limitação, a ideia era expandir os serviços do pronto atendimento para se tornar uma UPA porte 3 e, assim, a gente conseguir captar os recursos do Ministério da Saúde, que é em torno de R\$ 300 mil ao mês para cada UPA. Então seria um aporte interessante para nós mantermos o funcionamento dessas unidades de atenção para o hospital que tem sido importante para a cidade, também infelizmente para a Região Metropolitana, porque a gente tem absorvido pacientes de outros municípios no serviço que era para atender os porto-alegrenses. A gente tem recebido ali pacientes principalmente, nessas unidades, de Viamão, Alvorada, Cachoeirinha, o que tem nos aumentado a sobrecargas. Como a gente teve essa necessidade de discussão, de readequação diária, a obra da Bom Jesus está em torno de 10% realizada. Então, agora com essa nova definição de não precisar o serviço da tuberculose da unidade de atenção primária, nós vamos encaminhar então essas demandas e necessidades da unidade para a SPDM para fazer ajustes no projeto, provavelmente vai ter que fazer uma ampliação para um setor administrativo que vai ocupar o pátio que tem atrás da unidade. Assim, pelo menos vão conseguir acomodar os dois serviços, a UPA conseguir seguir sua obra a contento e a unidade manter o seu serviço, que é essencial, de atendimento à tuberculose. Isso ainda não chegou na SPDM, porque foi uma discussão fechando ontem à tarde, e hoje pela manhã eu e a Vânia ainda conversamos sobre isso. Então já informamos aqui, em primeira mão, essa situação, porque basicamente seria isso, Presidenta e demais membros da COSMAM.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Gerusa Bittencourt está com a palavra.

SRA. GERUSA BITTENCOURT: Bom dia a todas as pessoas que estão aqui, cumprimento a Presidente e também o Ver. Oliboni. Na verdade, houve uma reunião no dia 08 de março entre o Grupo Hospitalar Conceição e o prefeito Sebastião Melo, em que foi ponderada a questão da dívida que a Prefeitura tem

com o Grupo e foram pactuadas algumas questões. A Vânia trouxe que a licitação dos dois postos vai acontecer até metade do ano, mas na informação que o prefeito e o Gilberto Barrichello pactuaram é que, a princípio, havia R\$ 6 milhões para a unidade Leopoldina. A princípio, o Coinma não havia entrado nessa conversa. Eu tenho uma pergunta, na verdade, se mudou o cenário do dia 08 de março para cá e se já tem a previsão orçamentária para o Coinma. Porque a princípio o Leopoldina custa R\$ 12 milhões e o que estava se prevendo era um orçamento de R\$ 6 milhões para minimamente poder fazer a licitação do Leopoldina. Então, na verdade, se houve uma atualização em relação a essa informação é o que nós gostaríamos de saber, se o Coinma também vai ser licitado ainda nesse primeiro semestre. Porque como a reunião foi entre o prefeito e o diretor-presidente, a princípio é o que chegou de informação para a gerência de Atenção Primária, se mudou esse cenário nós também gostaríamos de ser informado aqui. Então até onde nós sabíamos, em relação ao Coinma não havia previsão de orçamento; conseqüentemente não havia previsão da licitação a ocorrer em 2024. Então eu tenho alguns questionamentos também a partir da fala da Vânia sobre a construção dos poços. E quero pontuar mais uma coisa, acho que é importante a gente estar discutindo aqui o Coinma e Leopoldina, mas a unidade de saúde Conceição também entrou nessa discussão e a princípio a Prefeitura, dentro do pagamento da dívida, se comprometeu em passar a posse de um terreno pactuado com o GHC e com a comunidade, porque também é uma demanda do conselho local, para a construção da nova sede da unidade Conceição. Esses trâmites, eles já foram iniciados a partir daquela conversa que teve dia 8. A gente acredita que, brevemente, o GHC, tendo a posse do terreno, a gente vai poder organizar a parte de projeto e planta da unidade nova ainda em 2024, é a nossa expectativa. Depois a construção, em princípio, vai ser com orçamento federal, do governo federal, da nova sede da unidade Conceição. Só atualizando a discussão que diz respeito à dívida da Prefeitura com o Grupo Hospitalar Conceição, nós já estamos na expectativa de, além do Leopoldina e do Coinma, a gente ter a construção da nova sede da unidade Conceição.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem. Eu vou passar a palavra para todos os que estão à Mesa e depois abro ao plenário. A Sra. Márcia Bento, promotora de justiça da Saúde, está com a palavra.

SRA. MÁRCIA R. C. BENTO: Bom dia a todos, eu saúdo a presidente da COSMAM e os demais vereadores que estão presentes, as demais pessoas que integram a Mesa, a comunidade, que está aqui de novo tentando obter informações sobre a construção dessas unidades. Eu tenho vários inquéritos civis em andamento em que estão sendo acompanhadas as diligências feitas tanto por parte do Município quanto por parte do GHC. Especialmente essas três últimas unidades que foram citadas, isso é uma questão muito antiga, objeto de transação judicial e que, ao fim e ao cabo, nunca se conseguiu obter o cumprimento daquela transação. A gente entende toda a expectativa que se cria a cada reunião em que a comunidade espera que isso saia do papel finalmente. Esta reunião é importante para atualização das informações, porque são várias unidades, e as coisas têm mudado rápido. Inclusive com relação a essas três últimas citadas, havia uma reunião designada no Ministério Público que acabou sendo cancelada justamente em face da notícia do agendamento dessa reunião em março agora. As informações que a gente teve dessa reunião também, assim como as que a Jerusa recebeu, elas não estão muito claras. Eu falei com o Dr. Marisco, que participou da reunião, e ele disse que, realmente, os projetos estavam encaminhados por parte do Município, mas essa questão da Conceição é especial, que nem ela falou, porque esse terreno tinha vários problemas escriturais. O que eu me lembro do expediente, o Município estava tentando responder ao Registro de Imóveis sobre um problema que tinha na matrícula, e a gente oficiou justamente tentando descobrir se agora esse problema já foi vencido, solucionado, para a gente partir para a segunda etapa, que é fazer os projetos por parte do GHC. Quanto à Leopoldina e à Coinma, eu também tenho esse questionamento, porque não ficou claro para mim se as duas estão incluídas nesse financiamento por parte do tesouro municipal, porque, como a Vânia mencionou, isso é uma dívida do município de Porto Alegre. Então, esse

dinheiro não pode sair do fundo municipal de saúde, ele tem que sair do Tesouro Municipal. Aí a dúvida que eu também tenho é se o Tesouro vai bancar as duas, porque essa é a expectativa que se criou e é o que se espera. Eu não tenho tanto a contribuir, eu vim mais para obter informações para os nossos inquiridos civis. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Aproveitando, passo a palavra para a Vânia, se tiveres alguma respostas, porque a nossa reunião vai até o meio-dia e temos dez inscritos mais a Mesa.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Acho que é uma pauta que, para a gente, enquanto diretoria, às vezes, pode ter alguma informação que tenha se perdido. A mim e à Josiane, que é a nossa engenheira, coube o que foi solicitado para o secretário pelo prefeito. Nós fizemos uma avaliação de em torno de um terço da obra, um pouco menos de um terço da obra para execução em 2024. Isso incluiria as duas unidades. A gente encaminhou em torno de R\$ 1,5 milhão, que seria para a Coinma, e em torno de R\$ 4,5 milhões, o que soma os R\$ 6 milhões. Acredito que talvez seja isso. Seriam recursos que poderiam ser disponibilizados pelo Tesouro neste ano. Então, com R\$ 6 milhões, como é que a gente pode fazer? Até a gente correr licitação, sair da ordem de início, nós já vamos estar lá em outubro, então o Tesouro não precisa, naquele momento, colocar os R\$ 20 milhões de imediato. Ele vai garantir os R\$ 20 milhões, mas não precisam ser colocados. Eu até solicitei para o secretário, mas eu acho que ele está numa entrevista, se tem alguma informação diferente, porque a informação que eu tinha até anteontem, peço desculpas se, porventura, eu tiver equivocada, mas, no domingo, eu fiz essa revisão, a informação era esta: que a gente encaminharia as duas, que os R\$ 6 milhões deste ano, eles iriam abranger as duas. Mas estou pedindo informação, se tiver algo diferente – inclusive, foi até o que eu despachei para a senhora –, a gente assume aqui que talvez a informação tenha se equivocado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos, presidente Lourdes, colegas vereadores, Oliboni, Tanise, comunidade que está conosco; eu me atrasei um pouquinho infelizmente, queria ter ouvido desde o início, mas algumas partes que eu peguei eu acho que é importante o questionamento. Esse é um tema que a gente vem falando há muito tempo, principalmente quando a gente fala das unidades do Leopoldina e Coinma, é uma coisa que se fala há tanto tempo com relação a isso, e é importante a gente conseguir realmente solucionar. O posto Glória, a gente fez visita para ver locais, nós tínhamos duas opções na Intendente e também na Oscar Pereira. Foi definido onde seria. A princípio, na última reunião que nós tivemos enquanto comissão de saúde, já estava definido que estava entre as dez que receberiam recurso e que, de imediato, já seriam feitas as licitações, e ainda não aconteceu pelo que tu falaste, ainda não veio o recurso do PAC. Tem alguma previsão com relação a isso? Porque também é uma demanda de muito tempo que vem se discutindo, é uma unidade pequena, a gente sabe que nós temos muitas unidades precárias em decorrência do aumento da população em muitas regiões, mas ali eu acompanho, conheço bem a unidade, e a gente sabe, inclusive, a questão de ouvir o médico falar, tem muita deficiência dentro da unidade. Para nós é bem importante, enquanto comissão, que a gente possa ter uma definição com relação a isso. A pergunta que eu gostaria de fazer: nós estamos num ano de eleição, eu queria saber se, com tudo isso, estando pronto o projeto para licitar, nós podemos licitar? Quanto tempo antes a gente pode fazer isso? Eu acho que isso é muito importante, porque, daqui a pouco, a gente está dizendo para a comunidade que este ano vai acontecer e, talvez, em função do ano eleitoral, isso não aconteça. Eu acho que é muito importante a gente deixar claro isso, se vai realmente poder licitar, se não vai poder licitar, se isso vai ter que ficar para o ano que vem, mesmo a gente tendo boa vontade em construir, em fazer, em acontecer pela necessidade das regiões e das comunidades. Acho que é

importante a gente esclarecer isso: nós vamos poder seguir em frente com as licitações? Isso pode acontecer? Se esse recurso do fundo livre do Tesouro, se ele pode chegar num ano de eleição, quanto tempo antes pode acontecer por já ter um processo tramitando? Eu acho que isso é uma informação que para nós é bem importante, a gente saber se realmente essa entrega pode acontecer. Obrigada.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: (Início da manifestação fora do microfone. Inaudível.) ...informação, mas eu confesso, Ver.^a Cláudia, que eu não fiz essa solicitação via processo, eu fiz via verbal, de que não há problema para licitação. Mas até acho que o alerta, quando retornar lá para a secretaria, vou fazer isso via processo, para a gente também deixar registrado e ter tranquilidade. Mas a informação inicial que a gente tem é de que não tem problema...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Desde que já iniciado o trâmite.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Mas vou igual fazer essa consulta formal.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Pode encaminhar para a comissão a resposta.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Pode ser.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): E o Glória?

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: O PAC. O ministério, ele abriu o edital, a gente fez o cadastramento, como eu disse, nós cadastramos todas as obras de Porto Alegre, depois ele tinha anunciado para 20 de dezembro trazer a relação dos contemplados. Isso aconteceu agora em fevereiro, aliás, já em março, então foram quase três meses depois, e eles anunciaram agora que vão estar informando a próxima fase, mas também ainda não saiu. Então, o ministério está

num ritmo também bastante lento em relação a essas informações, mas a gente está atento o tempo todo, olhando o sistema sempre para, assim que abrir, a gente colocar a documentação que eles vão exigir. O ministério também não fez uma definição muito precisa para nós, porque nós aderimos por orientação do diretor da Atenção Primária. Ele nos orientou para que nós aderíssemos ao projeto do ministério; só que, até o momento, eles não liberam nenhum projeto, porque o projeto não é um desenhinho, como eu disse. Então, a gente precisa dos projetos para a gente poder ver: bom, vamos implantar neste terreno, o que precisa ser ajustado... Eles também não liberaram. A gente está bem em cima assim, tentando, mas não temos uma data, infelizmente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu queria só tentar ajudar aqui com alguns esclarecimentos. Uma coisa é o GHC, com parcerização com o Município, outra coisa são as dez unidades e os dois prontos atendimentos. Dois prontos atendimentos são terceirizados também, e há um compromisso com o governo de, num prazo, não só fazer as reformas, adequá-las às UPAs, que esse prazo já foi prolongado várias vezes, mas que há esse compromisso. É muito lenta a situação. No caso do GHC, as inúmeras reuniões que nós fizemos aqui se tratam de uma dívida que o Município tem com o GHC, imposto cobrado indevido que o Município tem que devolver, por isso, a promotora Márcia tem razão. Esse dinheiro já entrou no cofre do Município e ele tem que ser devolvido. O acordo com o GHC foi de que a devolução seria a construção das unidades e não são R\$ 3 ou R\$ 6 milhões. É muito mais, é muito mais! Essa briga, Márcia, nós vamos ter que continuar insistindo, e eu vou pedir uma reunião ao Ministério Público e, convidando as duas entidades, em nome da comissão de saúde, se me autorizar, que nós iremos lá com certeza para terminar essa pendência e saber exatamente o que ambos estão, vamos dizer assim, reforçando o PAC assinado naquela ocasião para poder viabilizar as unidades. Porque senão a

Vânia que aqui não tem o poder, eu até compreendo a situação dela aqui, numa situação difícil em que a comunidade exige uma resposta, e ela não tem a resposta. Fica numa pendência de valor e de quando sair o edital. Por isso é importantíssimo que a gente agilize isso antes do que a própria Cláudia falou, é um ano eleitoral, tem prazo, tem mês. Isso, nós precisamos viabilizar. Pode ser, Vânia?

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Eu só queria confirmar, o secretário Fernando confirma a informação que eu passei, são os R\$ 6 milhões dividido entre as duas unidades. O processo está lá na secretaria de fazenda para o aporte financeiro. Então, realmente são as duas.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Sr. Waldir Bohn Gass, do Conselho Municipal de Saúde, está com a palavra.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Bom dia a todo pessoal que está presente, participando aí, a quem compõe a Mesa aqui e à Lourdes, coordenadora aqui, às vereadoras e ao Oliboni. Eu até nem estou pensando em ficar muito prisioneiro das questões concretas assim, embora eu queria só levantar duas questões. Uma é a unidade da Glória, a clínica da família inclusive é do meu território ali; então, é uma briga que, desde 2007, Lourdes, desde 2007, o Orçamento Participativo da Glória aprovou uma nova unidade lá. A comunidade inclusive foi atrás, brigar pelos terrenos, tem os dois terrenos; agora, pelo que eu sei, a clínica de saúde da família não vai ficar naqueles terrenos. Então, nós vamos ter uma clínica de saúde da família que vai, na prática, unificar duas Unidades de Saúde, a da Glória e a da Aparício e realmente, em termos de estrutura, segundo o projeto, se o dinheiro vier, vai melhorar muito, porque a da Glória lá é um aluguel que não tem nenhum consultório inteiro. São, como é que chama, aquelas divisórias, sem falar dos problemas estruturais, além de ser um custo, um aluguel, vamos dizer assim, e é a mesma coisa a situação lá da Aparício. Mas é que vai um pouco contra a orientação inclusive do SUS, de ter

mais unidades nas comunidades. Na prática, a clínica vai concentrar mais ainda, vai dificultar o acesso para alguns ali, mas a comunidade está satisfeita, quer, porque realmente vai melhorar e vai ter outro serviço, que não é só a Estratégia Saúde da Família, vai abrigar outros serviços da saúde. E uma outra que veio, e eu até nem sei se ela tinha entrado, a maternidade da Restinga, se ela estava, se ela foi, mas ela acabou entrando, não sei por onde.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Nós habilitamos.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: No PAC da saúde, não é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Saiu agora na sexta-feira... (Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Isso. E ali a nossa preocupação, a Restinga também está pulando de alegria lá, por conta disso daí, mas a nossa preocupação é com a terceirizada que vai operar. Tem muitas questões em relação à instituição Vila Nova lá, que é a que está gerenciando hoje o hospital da Restinga e tudo mais. Tem vários problemas na prestação de contas e coisa assim; então, acho que é importante reforçar que há necessidade de realmente aprofundar e avançar nesse reazeitamento da relação, gestão. Acho que há um esforço, nós reconhecemos isso da parte do último secretário, porque o anterior ao Fernando nem reunia com o conselho municipal, não queremos nem falar da gestão, do mandato anterior, porque aí foi a decretação da tentativa, destruição da participação comunitária, do controle social, para a gente avançar nisso. Mas eu queria só, Lourdes, aproveitar aqui uma reflexão. Porto Alegre já viveu experiências da participação popular extraordinárias e que geraram muitos investimentos nas nossas periferias. Hoje nós temos Orçamento Participativo, a Gerusa falou aqui que a unidade do Leopoldina vai custar quanto? R\$ 12 milhões. Quanto é que está revisto pelo Orçamento Participativo para obras nas regiões? R\$ 900 mil? Para cada região?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Então, o que vai acontecer? O que talvez vão conseguir é fazer com que as lideranças da comunidade fiquem brigando entre si para ver quem fica com os R\$ 900 mil, para fazer o quê? Então, orçamento realmente, e aí não é uma crítica, Vânia e Bobek, vocês aqui, não –, Orçamento Participativo virou uma gozação na prática. É literalmente um acinte para com a população. Eu sou da comissão temática da saúde, tem cinco comissões temáticas, além das regiões do OP. R\$ 900 mil, o que nós vamos fazer na cidade para decidir? Então, decidir sobre isso é valorização da participação popular? Eu estou colocando, alguém falou aqui do ano eleitoral, acho que foi a Ver.^a Cláudia, você falou do ano eleitoral, acho que é um momento importante para a gente pensar o jeito de administrar cidade e discutir qual é o jeito de pensar a cidade que nós queremos. Acho que isso é uma coisa importante. Aqui falaram de uma obra que depende de uma tal da contrapartida, MRV para... Qual a unidade, o nome?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Santo Alfredo.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Nós temos casos também lá no Cristal. Hoje, o OP virou contrapartida, já era um pouco a política do prefeito Fortunati. Só que as empresas, fica naquela coisa, elas vão fazer quando as suas contrapartidas? Na lista nossa lá, da região, tem um posto lá que é da Mato Grosso, que deveria estar nessa contrapartida, mas desde quando isso? Desde o governo Fortunati, depois disso passou um, já está terminando quase outro. Quando é que vai acontecer? O que realmente eu queria reforçar aqui, realmente acho que há um esforço de retomada dos investimentos na saúde em nível nacional, acho que nós devemos lembrar assim, por exemplo, que... Como é que era aquela contribuição para a saúde que o Jatene era ministro? A CPMF. Ela foi terminada acho que em 2005; logo em seguida, quando da descoberta do pré-sal, foi criado

o Fundo Soberano, que a maior parte desse recurso era para a educação, mas 25% era para a saúde também. Com o Temer, esse Fundo Soberano foi terminado e tudo mais, e depois teve vários anos em que cada ano diminuía ao redor de R\$ 20 bilhões o investimento na saúde em nível nacional. Então, acho que há uma retomada, mas há muito por fazer ainda, muito mesmo. E a gente vai ter que batalhar muito. Acho que Porto Alegre, que já foi uma experiência internacional de democracia participativa, encontrou no gestor passado, anterior a esse, a isso, quero nem dizer o nome do anterior aí...

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Seu Bohn Gass, nós temos outros para falar, se puder resumir um pouquinho, nos ajuda.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Sim, já vou concluindo. Que queria se fazer de Porto Alegre um exemplo de aplicação de um projeto neoliberal, que é o estado mínimo, e nós todos sabemos: estado mínimo é mínimo para a população, para nós, e máximo para a especulação tomar conta. É o que acontece hoje. É a mesma coisa que a gente está vendo agora também na discussão do Plano Diretor: quem é que está mandando e desmandando na reformulação do Plano Diretor na cidade? Então só quero dizer isso e reafirmar sobre a importância que nós temos para nos organizar para sermos agentes participativos e efetivos, em tudo que é tipo de participação; no caso da saúde também, de forma muito especial. Estamos nessa briga com muita luta porque nós sabemos... Sem pressão, nem feijão, não é?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Maria Eliane Silva, do Extremo-Sul OP, está com a palavra.

SRA. MARIA ELIANE SILVA: Bom dia a todos. Eu quero me reportar à questão da Clínica da Saúde Porto dos Casais. O projeto, já no ano passado, em agosto, era previsto, pelo antigo secretário, que estaria concluído. Então nós não temos nem previsão de quando esse projeto vai ser concluído. Nós gostaríamos de

saber efetivamente quando realmente esse *kit* vai estar concluído, e que ele seja apresentado à comunidade para a gente acompanhar.

A segunda questão: a questão do BIRD, nós sabemos a promessa do contrato ser assinado, essa promessa já existe há muito. Só que eu até esperava que hoje teria um representante da Fazenda, porque nós queremos saber o porquê que ele não foi assinado. Nós não queremos ficar naquela polêmica: é isso, é aquilo, vai para o PAC, não vai para o PAC, o PAC já foi descartado. Qual é o problema que realmente está travando essa contratação do BIRD, nós precisamos de posicionamento. Segundo lugar, foi colocado que, enquanto isso, se reformaria, ampliaria a UBS Ponta Grossa. Nós batalhamos para caramba para se conseguisse ventilar essa ideia. Conseguimos que fosse feito o projeto via o arquiteto Villanova, conseguimos emendas: R\$ 100 mil para equipamentos, mais R\$ 200 mil para obra. E até agora nós não temos nem previsão de início de obra, então, nem lá, nem cá.

A UBS Chapéu do Sol está totalmente inadequada para atendimento, precisa ser ampliada. Não se consegue agregar mais áreas a ela, mas, na parte dos fundos, existe um espaço que pode ser utilizado, de três, quatro por 10, mais ou menos, que pode ser, sim, ventilado uma construção, de repente, até de dois pisos, que vai dar um suporte. O que nós pedimos, inclusive, via distrital? Que fosse autorizado o arquiteto Villanova, que ele fizesse o projeto, para quê? Para que nós tivéssemos, pelo menos, o projeto, para quando chegar no fim ano, nós irmos atrás de emendas parlamentares, o Município está ainda com questões de erário para fazer obra. Nós podemos, pelo menos a comunidade, tentar fazer alguma coisa para tentar ajudar a resolver o problema. Então, nós registramos isso via distrital.

A policlínica – a policlínica também é uma luta, nós ficamos faceiros que realmente foi contemplada pelo PAC, inclusive foi uma indicação conjunta da área pelo Chapéu do Sol e Ponta Grossa. Uma questão: é a segunda fase que vai iniciar, essa segunda fase é que aí contemplará ainda começar o processo de se fazer o projeto, ou já existe um projeto padrão ou alguma coisa que vá agilizar essa liberação via PAC. A maternidade também foi uma luta muito

grande junto ao da Restinga, mais vereadores, mais também a própria saúde, que a gente vem trabalhando, que bom que está saindo, também gostaríamos de nós, comunidade, podermos acompanhar esse processo. Inclusive, o responsável pela terceirização, ou quem vá prestar o serviço, nós gostaríamos que a comunidade pudesse também participar disso.

O UBS Lami – o Ponta Grossa e o Chapéu do Sol Fizeram, via distrital, a indicação da área. Conseguimos verificar valores, já foi aprovado pela Fazenda, dependia, que era 60 dias da última reunião, que seria feito todo o levantamento topográfico, toda a análise técnica. Já existia o valor em verbas dos vereadores que supririam a compra, só que nós também, enquanto comunidade, não tivemos mais retorno nenhum do andamento, até porque os proprietários do terreno tinham se comprometido a guardar determinado tempo, mas esse tempo já se esvaiu e nós não temos conhecimento de nada.

Essa área, inclusive foi colocado para nós algum tempo atrás que as UBS teriam tipo uma planta padrão já desenvolvida pela saúde. Gostaria de saber se isso é realidade ou não, porque, mesmo nessa UBS do Lami, nós precisaríamos, então, que fosse desenvolvido o projeto, para a gente sair em busca do recurso. A gente gostaria de ver como isso vai ser agilizado, para a gente não ficar ano após ano jogando a situação.

Agora quanto à questão de emendas, quando eu falei que batalhamos para conseguir, vamos continuar tentando ajudar no que for possível, junto com os vereadores, para a gente poder utilizar as emendas. Só que a gente também tomou conhecimento que algumas emendas, deste ano inclusive, houveram problema de perfectibilização, por alguma maneira de como foi colocado no texto, houveram problemas. Nós gostaríamos de ter esse acompanhamento. Então, eu gostaria de pedir ao presidente da Mesa a relação das emendas impositivas à saúde destinadas ao Extremo-Sul, número, valor, objeto, se é direto, indireto. Essas questões de construções e ampliações, se vai ser a Prefeitura a responsável, ou a instituição que será responsável? Porque nós, enquanto comunidade, queremos acompanhamento.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem, está registrado para, depois, responder. O Dr. Rafael Abech Dias, da Ordem dos Advogados do Brasil, está com a palavra.

SR. RAFAEL ABECH DIAS: Obrigado, presidente, quero saudar V. Exa. novamente; também o Ver. Oliboni, proponente, na pessoa de V. Exa. saúdo os demais vereadores da Casa. Bom, já tenho vindo a várias reuniões aqui na COSMAM, é uma satisfação representar o Dr. Leonardo Lamachia, o nosso presidente; a Dra. Mariana Diefenthaler, presidente da Comissão Especial do Direito à Saúde. A nossa participação é mais institucional, eu sei que o tempo é escasso, só que hoje, em especial, vou pedir licença para sair um pouco dessa figura de representação e me colocar na figura de cidadão mesmo, como representante da comunidade da Zona Norte, eu me coloco no lugar de todas essas pessoas que estão sentadas aqui. O que a gente escuta aqui, e não é uma crítica propriamente dita, são muitas discussões, é um tema complexo, é um tema que envolve custeio, é um tema que envolve investimento, a gente sabe que o cobertor é curto, que a obra pública tem uma complexidade grande. Mas não é crível, ao meu sentir como cidadão, que uma obra tenha um *start* em 2007, como o Bohn Gass acabou de falar, em 2024, não se tenha uma definição. Não é nem o tempo que está se discutindo, não é nem a necessidade da população que isso é claro. Eu acho que uma contribuição, se eu pudesse dar, é que deveria haver um indicador, desde o início até a entrega de uma determinada obra pública, para que se possa melhorar em relação a si mesmo, e não é uma crítica em especial das obras da saúde, é uma crítica que eu faço em relação a todas as obras públicas. Eu acho que a gente precisa melhorar o controle, porque, muitas vezes, a gente planeja, a comunidade tem uma expectativa, e esse planejamento, por diversas situações, inclusive alheias a vontade do gestor, sai do controle. Se tivesse um indicador, ou se pelo menos esses indicadores fossem mais vezes expostos, eu acho que a comunidade, pelo menos, teria um pouco de retorno. E eu acho que nesse sentido é o que se pode contribuir neste

momento. Mais uma vez, eu me coloco à disposição sempre. Sempre que eu for chamado, estaria aqui. E agradeço a oportunidade, presidente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): A Ver.^a Lourdes está me propondo aqui para eu continuar chamando aqui os nossos inscritos. Nós temos aqui nove pessoas inscritas. E obviamente, Vânia, eu sei que é uma reunião para nós de extrema importância, como, para eles, mais ainda. Quando a gente visita um posto de saúde e vê a situação com que os cidadãos são atendidos, mas os servidores, os trabalhadores numa situação péssima, eu diria assim, das condições de trabalho, realmente nos preocupa mais ainda, porque o poder público, queira ou não... E nós somos testemunho, somos vereadores e andamos muito pela cidade, é muito lento, o poder público é muito lento. Aqui me parece que há uma decepção hoje em perceber que o governo municipal não está trazendo alternativas de agilizar, de viabilizar. É o segundo governo que vem com anúncio das 10 unidades dos prontos atendimentos para serem viabilizados. No anterior, olha o que aconteceu; no atual, está terminando. Então isso nos deixa muito tristes, mas nós temos que fazer a nossa parte enquanto vereadores, fazer a interlocução com o poder local e chamando a comunidade. Portanto, vamos continuar aqui nessa luta. Essas inscrições são de três a quatro minutos, e o primeiro é o Vieira, da Zona Sul, com a palavra, três minutos. O Vieira, da Zona Sul, está com a palavra.

SR. JOSÉ VIEIRA: Bom dia à Mesa; cumprimentando o Oliboni, eu cumprimento toda Mesa e o pessoal que está aqui. Muitas coisas que a gente está conversando, Oliboni, são sobre as nossas unidades de saúde lá, que são a do Porto dos Casais e a do Beco do Adelar, que, quando a Vânia e o secretário estiveram na nossa reunião do Orçamento Participativo, nos colocaram que em setembro teria o início da obra. Eu dei um pulo no pescoço dela e do secretário e abracei eles, e o pessoal perguntava para mim: “Ô, Vieira, o que é isso Vieira?”,

“Ué, tô feliz que eles tão dizendo que a obra vai começar em setembro.” Só que eu esqueci de perguntar de qual ano. Já está vindo setembro de novo e a nossa obra não foi. E a minha preocupação lá, Oliboni, é que na nossa região está subindo muito... De gente que está indo para lá. É muita gente. A nossa unidade de saúde do Chapéu do Sol era para ter três equipes para atender um pouco, amenizar um pouco do nosso povo lá. Só que estão indo muitos condomínios para lá e nós temos duas equipes pelo Hospital Vila Nova e mais um médico, que é do Mais Médicos, que ele nem quer mais estar lá na nossa... Ele quer estar na nossa unidade, mas ele quer trocar para o Vila Nova, porque o poder de grana caiu muito da Prefeitura. Então, a gente fica preocupado... A Eliane fez uma fala boa, que bom que o Ministério Público está aqui, a doutora Angela Rotunno, desde quando a gente começou a discussão dos hospitais, que era o nosso de lá, avançaram as três unidades nossas lá, que eram prestadoras, que eram o posto da Restinga, o posto do Paulo Viaro e o nosso posto, o próprio, do Chapéu do Sol. É muito demorado pela Prefeitura para nós termos essas conquistas que nós temos já, ganhas, que eram pelo BID – a Eliane falou muito bem. Por que isso não pode ser como o que aconteceu com o hospital Moinhos de Vento? O prestador construir? Porque o Vila Nova, quando ele fez a ampliação do posto da Hípica, eles fizeram em seis meses. Em seis meses; vocês têm que ver. E colocando sobre a planta... O secretário, quando ele estava, o Sparta, eu estive lá na secretaria discutindo, ele me entregou, Oliboni, nós temos, pode ser na própria reunião, pode ser num convite que o Ministério Público nos chame, nós temos uma planta-piloto, Vânia; que ele me deu. Eu tenho a planta-piloto que ele chamou, que foi a do Morro da Cruz e a que foi feita na Vila dos Sargentos, que todas as unidades seriam no mesmo padrão. Então, eu acho que não tem por que fazer outra planta, outro projeto. Só para concluir, nós, lá do Loteamento Chapéu do Sol, quando foi feita a nossa unidade, eu, o seu Renê, a Leonite, nós colocamos uma comissão de fiscalização. Fiscalizamos desde o começo até o fim. Eles iam inaugurar e por três vezes nós não deixamos, porque nós queremos todo o material descritivo: quanto é que custa um prego, quanto é que custa uma telha... Tudo isso nós fiscalizamos. Então, acho que isso é uma coisa boa,

Oliboni, e que nós fizemos já. Só para fechar, eu gostaria até de perguntar para a Vânia, porque nós estamos preocupados, hoje nós temos algumas emendas que nós vamos receber lá no Hospital da Restinga e eu faço parte da câmara técnica do Hospital da Restinga, nós recebemos recurso federal e não estamos recebendo o recurso da Prefeitura porque nós temos problema na prestação de contas lá na Secretaria da Fazenda. Qual é o prazo que nós temos? Porque já faz três meses e o pessoal não está recebendo.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Vieira. Vamos continuar aqui, pessoal, o tempo passa. Agora o Dirceu está com a palavra.

SR. DIRCEU LUIZ JÚNIOR: Bom dia a todos da Mesa. A questão é: o Posto de Saúde Modelo, o Posto de Saúde Santa Marta, aqui no Centro, já estão com a capacidade, devido ao aumento da população aqui no Centro, e com várias construções aí de edifícios, de espigões na cidade, na região centro, estão há muito tempo demandando mais postos de saúde aqui no Centro, porque a capacidade, tanto do Modelo, quanto do Santa Marta, já está superada, né?! E até mesmo a questão da acessibilidade. E quando, então, o posto do Porto dos Casais tem planejamento para sair? Se vai demorar muito, se já tem local... Já tem todo um processo anterior de indicação de local, mas até o momento não se tem o devido andamento para que esse posto saia do papel. E também quero dizer que com relação à questão da saúde mental, o CAPS III adulto é muito importante para a cidade, mas a gente também precisa urgente de poder atender a demanda das crianças e dos adolescentes, que é o Capsi. Então, a gente precisa, tem essa demanda de saúde mental gritante, que precisa também de atenção. Obrigado.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ok, Dirceu. O Dirceu é Dirceu Luiz Júnior. É isso? Quando a pessoa for chamada, se puder se identificar e dar o nome completo, porque a taquígrafa já está solicitando. A Vânia vai responder

no final, tá, Vânia? Porque nós estamos correndo contra o tempo. O Adroaldo Barbosa está com a palavra.

SR. ADROALDO BARBOSA: Sou Adroaldo Barbosa, sou conselheiro do Orçamento Participativo da região Noroeste e também Presidente da Associação de Moradores do Jardim Ipiranga. E me surpreendeu encontrar aqui a Gerusa, mas foi uma surpresa boa, tá, Gerusa? Bom dia à Mesa, a todos presentes. Na verdade, eu vim para falar sobre a unidade de saúde do GHC, daí encontro a Gerusa, já facilitou a minha fala. Nós estamos num prédio alugado, a Gerusa certamente sabe melhor do que eu, há mais de 20 anos, e agora surgiu essa negociação do GHC, então, com o Município, resgatando essas... Faz parte da dívida que o Município deve para o GHC. O que é que eu estou procurando aqui? É que a comunidade participe mais dessas reuniões. A Gerusa relatou que o Barrichello fez uma reunião com o prefeito, mas para nós, comunidade, não basta isso aí; nós queremos participar junto e acompanhar as negociações, porque a comunidade sabe a necessidade que tem e a urgência que tem desse posto lá no bairro Cristo Redentor. E ele vai ser construído, então, no meu território, mais próximo da minha casa, que é no Jardim Ipiranga. E quero deixar aqui uma sugestão para a comissão, na verdade são duas, que é mais uma unidade do atendimento Certa lá na região Norte, que está definido o local na Av. Sertório, lá no antigo colégio Tocchetto, para agilizar isso aí, porque é para o atendimento de pessoas com autismo, mas parece estar previsto para a idade de 12 anos acima. Como nós trabalhamos com educação infantil e está muito crítico, crítico no sentido de nós atendermos muitas crianças e não termos o que fazer com essas crianças, para a gente poder encaminhar isso aí, tá?! E a outra sugestão é que esta comissão visite o posto de atendimento lá do Conceição, porque hoje está sem condições de atendimento à comunidade. Por isso nós precisamos da urgência. Obrigado, vereador.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Adroaldo. A Gerusa pode responder depois? Pode? Para nós tentarmos agilizar. O Cleo Goulart está com a palavra.

SR. CLEO GOULART: Bom dia a todos. Eu sou Cleo, diretor institucional da ONG Esmeralda. Como professor de história, Gerusa, eu não posso fugir a um relato histórico: esse posto, a marca dessa comunidade, Vânia, é o sofrimento. Porque esse posto, antes da relação com o SUS, ele já existia, e era o Estado que operava, com o Dr. Armando atendendo alguns dias por semana. Na época, a comunidade lassalista cedia um espaço, vinha o Dr. Rodolfo, do antigo Hospital Ipiranga, para conciliar o atendimento e não ficar a comunidade abandonada. Depois essa área passou por um processo cabuloso, vergonhoso, de usucapião, onde participou uma antiga enfermeira, vendendo a área para os proprietários, fazendo usucapião. E mais recentemente, Gerusa, tu participou de todas as lutas que teve lá dentro, tu sabe muito bem o que foi. Então a marca dessa comunidade é o sofrimento, seja na saúde, seja no transporte público, que os enlata em ônibus de más condições – é a marca do sofrimento, infelizmente, Oliboni. Eu gostaria de vir hoje, nesta Casa, comemorar os 252 anos de Porto Alegre, mas é impossível comemorar, porque a visão desta cidade é negligência contra os mais pobres. Essa é a marca do governo, é negligenciar os mais pobres, é oprimir, é operar, é jogar para a violência, Gerusa – essa é a marca. É no transporte, nós estamos vendo aí na luz, os últimos bairros a voltar a luz é nos bairros mais pobres; volta nos bairros nobres primeiro. Então, gente, infelizmente é isso: a marca dessa comunidade é sofrimento; sete mil pessoas para serem atendidas. Num dos últimos temporais, há três anos, o Romualdo e a Paula tiveram que fechar a unidade – acho que tu lembra – para ajudar a tirar a água de dentro do posto. Sete mil pessoas num cubículo para serem atendidas. Uma sugestão que fica: quem sabe, futuramente, não custa sonhar, essa unidade possa atender até as 10h da noite, como a São Carlos, dar um apoio naquela região. Quem sabe, vamos sonhar, porque sonhar é só o que resta no momento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Margarida Gonçalves e depois o Miguel.

SRA. MARGARIDA GONÇALVES: Bom dia à Mesa, bom dia à comunidade. Aqui nós, de novo. Essa planilha é de 2013, é uma planilha de construção da saúde, não é, Vânia? Tem algumas pessoas bem conhecidas aqui. Eu vou seguir na linha assim, porque o coordenador da urgência e emergência saiu, que é o Sr. Paulo. Mas eu vou falar da nossa SAMU, cujo espaço físico está muito perigoso. Está correndo risco por causa das crianças que têm nesse setor lá dessa unidade que está usando esse local, onde tem muita criança, e o espaço está pequeno por causa das obras – esse é um ponto.

O outro ponto é a nossa Unidade de Saúde Lomba do Pinheiro. Eu fui funcionária, hoje estou aposentada, e, a Vânia, quando ela era nossa gerente, me disse: “Tu vais te aposentar, e a obra não vai sair”. E não saiu. Aqui está a planilha velhinha, de obras, mas não foi concluído esse projeto. Então, é isso, a Lomba está crescendo com projetos de construções de condomínios, ocupações imensas também, o pessoal está ocupando áreas. Então, é muita gente. Aí quando a Vânia fala que tem 90% ou 99% de saúde no Rio Grande do Sul em Porto Alegre, e aí? Mas e por que os postos de saúde estão cheios, as emergências? Não é Gerusa? A Gerusa trabalhou conosco também. Então, é isso o que eu vim falar hoje, espero que agora, neste ano, que é um ano de eleição, assim como o pessoal vai lá buscar voto na periferia e, depois que se eleger, são poucos que voltam lá. Eles voltam de quatro em quatro anos, mas o Oliboni está sempre conosco. O Oliboni está de parabéns. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A seguir, Miguel Nunes, da Lomba do Pinheiro.

SR. MIGUEL NUNES: Olá, bom dia a todos, à Mesa, ao público, meu nome é Miguel, sou membro do Conselho Gestor da Lomba do Pinheiro, e vou falar como

usuário do pronto atendimento Lomba, que é a UBS Lomba. Vou ser meio pontual, porque existem várias questões que precisariam de uma demanda de mais tempo, mas eu gostaria de falar, assim como já falei em outras oportunidades para outros secretários, que a nossa UBS Lomba, há pouco a Margarida relatou, o papel está amarelado e não saiu do papel. Vou falar mais não sobre a questão do papel, mas do entorno do papel. Existe uma área de 20 mil metros quadrados, que são 20 hectares, hoje em dia não é mais 20 hectares, está se transformando em 1,5 quilômetro devido a ocupações que foram feitas há muito tempo. Eu não quero tirar ninguém de lá, mas existem aquelas ocupações e já foi relatado para outras secretárias anteriormente em anos anteriores, e nada foi feito. Não saiu do papel. Existem também problemas de não estar sendo cuidado, uma área de 20 mil metros quadrados não foi cuidada pelo poder público, está em completo abandono. Tem árvores que vêm de terrenos lindeiros que estão em cima do pronto atendimento. Eu posso relatar porque está aqui o pessoal da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – também, existe árvore...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Miguel, podes dizer onde é essa área que o senhor está se referindo?

SR. MIGUEL NUNES: Sim, é na Lomba do Pinheiro, ao lado da UPA, que a própria SMED, hoje em dia, diz que a área não é dela, que já foi passada para a saúde, a saúde não se pronuncia, não se sabe de quem é a área, mas existe essa ocupação, existe esse malcuidado dessa área. Isso que eu quero me reportar, a área não está sendo cuidada por ninguém. Então, eu quero que alguém cuide dessa área, senão o povo vai cuidar, como já estão cuidando. Existe uma árvore em cima do pronto atendimento da Lomba do Pinheiro. Se um vento vier nessa árvore, vai quebrar telhas, pode demolir o que está sendo construído, que é a nossa UPA III. Então, a árvore é do vizinho, está no pátio do vizinho. Quem é que cuida dessa árvore? Quem é que poda? Quem é que pode fazer alguma coisa por ela? Então, a minha preocupação seria essa, e, ao

mesmo tempo, a questão do nosso pronto atendimento, é lógico que é uma questão que não vai ser concluída ainda este ano por alguns problemas. É um ano eleitoral e certamente a SPDM vai continuar administrando lá. Então, existem prazos, a gente quer também a conclusão daquilo lá. Acho que da minha parte seria isso o que eu gostaria de relatar. Uma questão, esse malcuidado da área que me refiro, ao lado do pronto atendimento, tem muito lixo atirado, e a questão dos mosquitos da dengue ao lado do pronto atendimento. Pessoas que estão enfermas. Então, um cuidado melhor é necessário. Agradeço a todos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado. Além do Dr. Paulo Bobek responder, que é responsável pelo pronto atendimento, nós também temos aqui a direção do pronto atendimento da Lomba, que é parceirizada e que pode inclusive nos ajudar a resolver essa questão do terreno que pode ter mosquito da dengue. Isso o que o senhor está falando, alguém tem que verificar. Vamos continuar, agora com o Laone.

SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA: Bom dia a todos, parabéns pela presença de todos, sou Laone, um abraço forte em cada um. Estamos tratando de um assunto de extrema relevância, e aqui a gente quer salientar uma situação: nós estamos sentindo falta de quem? Da Procuradoria Geral. Estamos sentindo falta de quem? De representações da Fazenda, já que estamos falando de valores. Nós do Coinma estamos bastante preocupados, porque a gente vê R\$ 4,5 milhões para uma unidade de R\$ 12 milhões, R\$ 1,5 milhão para uma unidade de R\$ 8 milhões. Será que a gente vai receber esse pouquinho por ano? Será que ele vai vir a conta-gotas? O cidadão, hoje em dia, o que está acontecendo? Não deixe de atrasar o seu IPTU, senão o que acontece? Aconteceu comigo, eu me atralhei na pandemia, quando, de repente, passei o cartão e o crédito estava bloqueado. Eu tenho 53 anos, pessoal, eu sempre paguei minhas contas adiantadas, nunca fiquei devendo para ninguém. Fui protestado. Nós que estamos aqui, gostaria de salientar que, depois, um a um, os representantes da Coinma se levantassem e dissessem seus nomes...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA: Dona Margareth, tesoureira da associação comunitária; Dona Deny, representação do posto de saúde. Então, pessoal, o que acontece? Eu salientei a presença de cada um deles, a Sandra, a Dna. Miguelina. Salientei essa parte porque vocês veem a comunidade aqui conosco, prestando atenção mais uma vez em toda essa manifestação, todas essas conversas, tudo que está acontecendo. Dando continuidade ao cidadão que foi protestado, a gente sente falta e gostaríamos de salientar bastante isso. Por que as coisas jurídicas... Aqui temos representantes da OAB, temos o Ministério Público. O cidadão leigo fica pensando assim: “eu não pago e sou executado, não pago e sou executado”. Eu sou o presidente da associação de moradores; nós temos uma dívida de taxas de lixo com a Prefeitura. Mês passado, nós tivemos a nossa conta bloqueada. Uma associação de moradores que faz galeto no fim de semana para conseguir recursos para arrumar o telhado. Então, se funciona a execução de cobrança para o cidadão, para a associação de moradores inclusive; associação de moradores que é um ente de utilidade pública, uma associação que empresta seu terreno para o funcionamento de um posto de saúde, outro terreno é emprestado para funcionamento de uma biblioteca pública. Por que a gente tem que vir aqui tantas vezes falar de um acordo judicial que não é finalizado desde 2018? Por que não há uma execução nesse sentido? Onde é que está a nossa representação do cidadão? É o Laone que bota a gasolina dele, que bota o tempo dele, é a Dna. Miguelina, todos se dedicando para buscar uma solução. O povo está na rua. Eu gostaria de ter o contato de cada um de vocês para mandar a vocês os vídeos do pessoal na chuva, do pessoal no sol. Vocês estão vendo que é morador de 50 anos, eu tenho 53, nasci lá também. Então é a nossa indignação, porque corremos o risco de não ser nem licitado este ano, é ano de eleição, nós aqui temos só conversa, a gente está só escutando conversa. Vou dizer a vocês o seguinte: eu até fui convidado a participar da eleição, para vocês terem uma ideia, de tanto que a

gente luta pela pelas coisas, para que elas aconteçam. A gente fica pensando assim: por que não são executadas as coisas, e nós somos executados? Eu gostaria de deixar isso bem saliente, e gostaria de fazer um pedido: que isso fosse feito formalmente, nós não podemos mais ficar só em conversa, pessoal. Nós lutamos pelo posto de saúde há 20 anos, 20, eu estou há sete nisso aí. Então não há mais condições, a comunidade vai ter que responder; e se tiver que responder na urna, vai responder na urna. O que eu quero dizer para vocês, nós não estamos aqui para criticar, nós estamos aqui para somar, realizar e executar, mas não é possível que continue assim de administração em administração. O cidadão ali falou muito bem, que no passado nós tivemos vários investimentos. Eu estou com problema numa praça, ela está cheia de esgoto, o pessoal fez asfalto na volta da praça e não resolveu o problema do esgoto.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Laone, nós temos ainda outras pessoas...

SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA: Eu peço desculpas, já estou finalizando.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA: Eu gostaria de agradecer e pedir mais tempo nas próximas vezes, pedir mais reuniões, mas com soluções. Se eu sou executado, eu quero saber por que a Prefeitura não é executada, eu gostaria de saber isso, nós gostaríamos de saber isso. Muito obrigado, um forte e fraterno abraço, e aquela nossa mensagem de sempre: amar a Deus sobre todas as coisas, respeitar e amar o próximo e se colocar no lugar dele, como Jesus nos ensinou. Isso é universal, pessoal, é universal. O povo está no sol, o povo está na chuva, e não são crianças; é um povo trabalhador e idoso. Um abraço.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Laone, depois nós vamos dar encaminhamento para todas as questões. É importante isso. Nós temos agora a Dra. Elisabeth, da Unidade de Saúde Leopoldina.

SRA. ELISABETH SUSANA WARTCHOW: Bom dia à Mesa, bom dia à comunidade. Eu quero lembrar que sou representante da Unidade Jardim Leopoldina, sou médica de família lá, e nós estamos desde 2006 esperando a construção do nosso posto. E é com grande preocupação que venho nesta reunião imaginando que talvez a gente passe outro ano trabalhando. Então, eu gostaria de referendar uma sugestão que já foi feita pelo nosso Ver. Oliboni, de que a gente faça, Gerusa, uma reunião específica para tratar do nosso assunto Leopoldina e Coinma. Eu quero agradecer à promotora Márcia que nesse tempo todo tem nos apoiado nessa luta. Acho que é bem importante, já que estamos num ano eleitoral, a gente deixar extremamente claro a pergunta que a Ver.^a Cláudia fez em relação ao que significa o repasse, e aí apenas comentando R\$ 4 milhões, R\$ 1 milhão para cada unidade. Quanto tempo a nossa unidade, que está avaliada em R\$ 12 milhões a sua construção, vai levar para ser construída? Lembrar que numa outra reunião aqui, a gente ouviu representantes do governo dizer que R\$ 12 milhões era muito dinheiro. Lembrar que nesse período todo nós tivemos uma inflação, e se a inflação continuar assim dessa forma, a gente também não vai concluir nunca essas obras que a gente está sonhando e que a comunidade está necessitando. A nossa comunidade tem quase 15 mil pessoas inscritas, nós estamos com muita dificuldade de atender de forma adequada essa população. Então, eu gostaria que a gente pudesse, com a maior brevidade possível, ter uma nova reunião entre a Secretaria Municipal, a promotoria e a nossa direção para termos uma resposta, e que seja dito de forma clara em que tempo, em que prazo e quando que vai haver esse repasse, respondendo claramente à natureza deste ano atípico, ano eleitoral. Também fico com uma provocação feita pelo colega do Coinma, talvez os representantes do judiciário pudessem responder. Como é que fica um ente que tem uma decisão judicial já há tanto tempo definida pelo judiciário, passar tanto tempo sem resposta? Isso

é uma coisa possível ou não? Isso é uma questão legal? Fica uma provocação aí para o pessoal da OAB e para os nossos judiciários. Obrigada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Dra. Elisabeth, importante a sua manifestação. Sra. Helena Rodrigues, da Santo Alfredo. Bem-vinda.

SRA. HELENA RODRIGUES: Bom dia a todos. Eu gostaria de saber da resposta da Mesa sobre a empresa MRV, pois estamos em pauta com o nosso posto de saúde. Estivemos em reunião com o secretário neste mês, e ele não nos garantiu a construção do posto. Muito bem, eu estou nessa tarefa, nesse trabalho de conselheira local e usuária também há muitos anos. Nós conquistamos esse terreno com muita luta nas gestões anteriores, inclusive a Vânia está aqui, sabe da nossa peleia, que nós trabalhamos lá, lutamos e conseguimos. Pois bem, o que me traz também aqui, pessoal, é que eu quero a resposta do secretário, na última reunião sobre o posto Santo Alfredo. Agora é Secretaria da Saúde, como empresa. Então, nós, como comunidade, viemos cobrar da Prefeitura cobrar a empresa que está em nesse comando.. Porque não é justo, pessoal, eu vou mostrar para vocês aqui, um posto de saúde do lado de um posto de gasolina. Atrás desse posto de gasolina tem um lixão, quando chove, os funcionários de lá têm que limpar o posto primeiro para, depois, trabalhar. E eu gostaria também de... Eu já estive na reunião, no local, eu já estive na reunião distrital, fui na secretaria municipal, agora qual é o próximo caminho para nós, comunidade do Morro da Cruz, São José, Zona Leste, que tudo cobre aquela região, para onde nós temos que nos dirigir, porque, com certeza, nós vamos nos reunir para ir nesse lugar para ver se eles dão uma solução para nós, porque não é possível mais trabalhar naquele posto. O nosso posto está sem vacina, temos uma campanha grande, e até agora estamos sem posto. Esse é o nosso terreno, esse foi lutado, esse foi conquistado pela comunidade e até agora nós estamos na promessa. Quero perguntar onde nós temos que ir, agora, o próximo passo daqui, para nós termos o nosso posto. E quem garante a vida daqueles

funcionários lá, quando aquela chapa cair, onde nós vamos reclamar, por aquelas pessoas que são responsáveis pelo posto e pela comunidade.

Era só isso, pessoal. Quero saber quem vai se responsabilizar pelas famílias dos trabalhadores que estão lá e pelas pessoas que lá estão consultando, porque não é possível, esgoto a céu aberto dentro de uma sala, que o meu colega tem ali, o Sr. Sérgio, vídeo de sala do dentista com o esgoto atrás e ao lado um lixão. Mostre, Seu Sérgio, por favor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Dona Helena, nós conhecemos muito bem essa dura realidade que a Dona Helena e o Seu Sérgio falam aqui. Nós, inclusive, há poucos dias, estivemos lá, teve uma reunião com o secretário distrital, lá no posto de saúde e, realmente, unidade de saúde depende de um documento, que é a famosa MRV, que é emitida pelo próprio governo, mas quem sabe a Vânia nos dá aqui a possibilidade de resolver isso. Quem fornece a MRV, Vânia, depois tu respondes. Então, pessoal, nós terminamos aqui as inscrições. Nós vamos dar a palavra para a Vânia, para a Gerusa, para o Dr. Paulo, e encaminhamos os assuntos abordados.

A Sra. Vânia Maria Frantz, diretora da APS, SMS, está com a palavra.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Embora o adiantado da hora, a lista é grande aqui, porque foram 10 falas e 50 demandas, mais ou menos. Rapidamente, Ponta Grossa, por que não ocorreu o ano passado. Conforme é de conhecimento, inclusive da Dra. Márcia, que a gente sempre tratou disso com muita transparência junto ao MP, o Termo de Parceria que foi firmado entre o Município e, no caso, o Vila Nova e demais regiões, ele prevê o fundo de reserva para infraestrutura. E esse fundo, lá no termo, previa que tinha que haver regramento. Esse regramento não tinha sido feito ainda, o termo tinha começado em março, o secretário Ritter, nós assumimos em maio, então a gente fez a organização desse termo e só lá por dezembro é que começaram a andar os projetos e o trabalho com as parceiras. Mas vai ocorrer em 2024.

Chapéu do Sol, o Sr. Vieira também trouxe. O Chapéu do Sol hoje se tornou um pouco pequeno, conforme o olhar, mas, dentro de tantas outras prioridades, nós não o listamos como primeira prioridade para esse primeiro semestre de 2024.

A Policlínica é PAC, como eu já disse, a gente precisa atender as fases que o ministério vai nos encaminhar, assim que a gente tiver novidades, a gente está sempre... seja no conselho municipal, sejam nos conselhos distritais, seja atendendo as solicitações do Ministério Público, nós nunca nos omitimos de estar levando as informações do momento. E podem ter muita certeza que as informações que trazemos são transparentes. Lá, quando estávamos em junho/julho no OP, tínhamos uma expectativa de que, sim, em setembro/outubro, o BID seria assinado. Houve um problema e assumimos, houve um problema que foge da alçada da saúde. Então, Seu Vieira, o seu abraço não foi em vão, mas continuamos olhando a região da mesma maneira.

O US Lami, foi feita a avaliação preliminar do terreno, preliminarmente ele está aprovado. Então a gente vai fazer uso das emendas parlamentares. Por que a gente precisava da avaliação preliminar? Para dar o deferimento da emenda. Com o dinheiro da emenda, a gente consegue fazer aquisição, e, quando a gente vai partir para a obra, se fazem as análises. Por exemplo, análise de solo, de vegetação, para tudo isso a gente precisa de dinheiro. Nós não podemos fazer em um terreno particular. Eu não posso pegar dinheiro público e dizer: nós vamos avaliar o solo do seu terreno para saber se podemos comprar. Ele é um terreno privado, eu não tenho como colocar dinheiro. A partir da compra por nós, aí vamos para a outra fase.

Foi bem trazido aqui planta padrão. Eu volto a insistir, e acho que, da próxima vez, eu vou preferir dividir essa fala com a nossa engenheira, que a gente pode pensar em um desenho padrão: há 6 consultórios, quatro banheiros, 2 salas odontológicas, uma área para curativo e tec. Mas cada projeto, ele é um projeto. Cada terreno tem as particularidades. A gente vai obedecer aos regramentos? Um consultório tem que ter, no mínimo, 9 metros quadrados, o outro tem que ter tantos metros... Isso a gente vai obedecer, é um padrão. Fora isso, cada projeto é um projeto. Quando alguém chega e diz para vocês que o projeto está pronto,

é padrão, a gente está falando de desenho. Desenho não é projeto, com desenho não se faz orçamento, com desenho não se vai para licitação.

Queria fazer um contraponto, Ver. Oliboni, e também um pouquinho para o Cleo, lá do Esmeralda. Acho que a gente não traz todas as notícias que se espera, e os senhores citaram que isso vem de várias gestões, mas a gente tem fatos, a licitação do Esmeralda está encaminhada. Então, Cleo, acho que, de todos aqui, o Esmeralda hoje, dos nossos aqui, é quem está mais à frente. A gente traz que os *kits* de projetos de várias unidades estão sendo concluídos ainda em junho, onde a gente passa a ter possibilidade de orçamento. Isso nos abre um caminho muito importante para buscar financiamento. Então, acho que a gente tem boas notícias. Considerando naturalmente que é uma sequência de gestões, e isso vem acontecendo ao longo dos tempos, mas eu quero me permitir falar dos dez meses do secretário Ritter. Acho que a gente tem vários avanços nessas questões.

CAPSI, acho que o Dirceu tem uma confusão, e eu vi isso no chamamento. Clínica de Família Porto dos Casais não é no Centro, Dirceu; é na Ponta Grossa. Então, ela tem esse nome. Nós não temos, neste momento, nenhum projeto aqui no Centro. O único projeto foi, inclusive, o que eu trouxe lá no conselho municipal, que é a gente conseguir melhor um pouco a estrutura do Modelo, com a ida da acupuntura para o Santa Marta, como é serviço especializado, possibilitando às demais regiões da cidade chegarem ao Santa Marta de maneira mais fácil do que é no Modelo. Então, Porto dos Casais, ela não é no Centro.

Às vezes, as pessoas trazem algumas ideias, e acho que é fundamental, tenho dito isso insistentemente, acho que, para algumas pessoas aqui, eu já disse cinco, seis vezes. Termos de Parcerias são regidos pela Lei nº 13.019, de 2014. E temos também a lei municipal, que agora me falha o número, que traz o regramento dentro do Município. Então, a gente não pode, simplesmente, chegar e pegar um dinheiro e dizer: olha, Vila Nova, Divina Providência, PUC, Santa Casa, IBE Saúde, estou te dando R\$ 1 milhão e tu vais construir um posto. O objeto do Termo de Parceria é a prestação do serviço de saúde. E o fundo de reserva é para fazer a manutenção e alguma infraestrutura. Os Termos de

Parceria, até março, fechamos um ano agora desse termo em vigor, eles tinham 7% do valor de pessoal para fundo de infraestrutura. O termo atual tem 3%. Desses 3%, desses 3%, nós conseguimos fazer a manutenção e pequenas coisas, então nós não vamos fazer obras com esse dinheiro, porque o objeto dessa parceria não é fazer obras. O que a lei permite? Que em algumas situações, como emenda parlamentar impositiva municipal e verba do Orçamento Participativo, possamos fazer a transferência para a parceira, e é com isso que a gente consegue dar um vulto maior, como o que a gente quer fazer na Ponta Grossa e lá na Zona Sul também, na US Campos do Cristal, mas eu não consigo pegar um dinheiro lá do fundo municipal ou de verba livre e colocar na parceira, porque esse não é o objeto. Sobre a US Lomba, que foi trazido, essa área do terreno é uma área que tem uma ocupação de muitos anos, muitos anos, tem pessoas ali, eu arriscaria dizer, porque trabalhei bastante na Lomba, que estão há mais de 20 anos. Neste momento, como também acho que é de conhecimento da maioria aqui, principalmente quem é do Orçamento Participativo, ali está em reurbanização. O Município está olhando para lá sem tirar as pessoas e, sim, organizar, e elas virem futuramente a ter a posse daquela sua área de forma regular, então não está abandonado pelo Município, eu queria discordar de quem fez essa colocação, o Seu Miguel. Dona Helena...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Por gentileza, só dá o microfone para o Miguel reforçar a pergunta, porque a Vânia está respondendo. Qual é a dúvida, Miguel?

SR. MIGUEL NUNES: Ela citou a respeito do abandono. Está abandonada pelo poder público, porque há incidência de mosquito da dengue, a ocupação... É a isso que eu me refiro, talvez não esteja, na sua percepção, em abandono, mas, para nós, está.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O que o senhor está solicitando é que a própria Vigilância tenha acesso ao local e verifique...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): *Ok, Vânia?*

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Está bem, nós poderíamos entrar aqui – eu acho que sempre é pauta – e a gente olhar o compromisso do poder público e o compromisso individual de cada cidadão também com o descarte dos seus resíduos. A gente trabalhou no sábado e a gente viu a cidade lotada de resíduo de descarte totalmente irregular, mesmo em áreas onde a gente tem recolhimento bem organizado. Lá não é diferente – não é diferente –, isso é a cidade, e não é só na periferia, a diferença é que, às vezes, em áreas de difícil acesso não tem como fazer a limpeza rotineiramente por parte do poder público. Dona Helena, a gente já conversou muitas vezes, e eu lhe coloquei ali no início: nós temos nosso compromisso, nós vamos levar essa situação da MRV ao nosso procurador-geral para a gente tentar ver uma forma de agilizar. Agora, importante: não é só uma coisa que a Prefeitura tem que dar. Gente, nós não podemos, a nossa engenharia, aceitar um projeto feito dentro de uma contrapartida que, daqui cinco anos, nós tenhamos problemas.

Semana passada eu estive visitando, duas semanas atrás, uma unidade – quem lembra, quem é da Zona Sul? –, o antigo PA Restinga, que hoje é a nossa unidade de saúde; tem infiltração em 100% do prédio, é certo que foi uma falha lá no projeto. Então às vezes, Dona Helena, por mais que... Eu entendo, e eu acho que o Laone quem colocou, se colocar no lugar do outro, eu trabalhei muito dentro de periferia e logo, logo estarei trabalhando de novo, então eu sei me colocar no lugar do outro, e eu entendo que há uma angústia, porque para nós, às vezes, que estamos ali dentro, gera uma angústia pelo tempo – e, doutor, tem um tempo, tem um rito –, e sim, tem vários outros fatores nesse meio. Agora o que a gente preza é trazer aqui a transparência, nós não vamos aceitar um projeto malfeito e a gente correr risco de daqui cinco, seis anos ter que interditar

uma unidade, como a gente sabe que em tantas obras públicas e privadas às vezes isso acontece.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Infelizmente a gente sabe dessa situação, e aqui eu já coloco que eu vou conversar com o secretário, para nós buscarmos, de forma emergencial, um outro imóvel na região para a gente fazer uma locação até que aconteça. Eu sei que isso já foi discutido, o conselho não aceitou, mas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Quem está falando é a Helena, e olha só, a Vânia está trazendo um assunto, acho que é importante, então eu queria propor aqui que essa sua nova sugestão seja discutida lá no conselho local, não dá para a gente decidir nada que tenha o controle social, Dona Helena, eu sei da enorme preocupação da comunidade, se o terreno tem problema, vão buscar outro, mas como deliberado pelo conselho local. Pode ser, Vânia?

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Pode ser, eu só quis trazer aqui que a gente assume o compromisso de conversar, obviamente que a gente tem trâmites a fazer, mas levar essa discussão como uma possibilidade, considerando que mesmo que hoje a gente diga que está *ok* o projeto, ele leva, a partir do início da execução, no mínimo um ano.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, a Vânia acaba de dar o relato dela diante das demandas que nós apresentamos aqui, realmente cada um com a sua avaliação, a enfermeira Gerusa deu uma saída, então passo para o Dr. Paulo, rapidamente, sobre os prontos atendimentos.

SR. PAULO RICARDO BOBEK: Sobre a área da Lomba do Pinheiro, por solicitação da Margarida, que é conselheira do OP, da temática da saúde e do Conselho Municipal, nós fomos visitar tanto a base do SAMU da Lomba quanto a área lá do pronto atendimento, e onde vai ser a futura unidade Lomba também. Então a gente estava vendo se compatibilizava a estrutura, por sugestão do próprio Conselho Municipal e do conselho do OP – tem que agradecer a Margarida –, de a gente poder instalar uma base do SAMU ali atrás. A área está sendo vista e repensada no sentido de melhorar os serviços de saúde ali na região.

O protocolo já foi pra Vigilância, a diretora está informada para fiscalizar a área agora; já estão acionando a equipe para fiscalizar – o Miguel acho que comentou – a questão do risco de dengue, então a gente já acionou a Vigilância para ir ao local, só não me deu a hora porque está organizando a agenda da equipe.

Dos pagamentos do Hospital Restinga – eu acho que foi o Vieira que trouxe –, já foram pagos, na semana passada, R\$ 2,5 milhões, aproximadamente, e hoje já estão preparando um outro pagamento de um pouco mais de R\$ 2 milhões. Está no processamento do financeiro da Secretaria de Saúde.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Vou te passar, Paulo, um documento que eu recebi do Mauro, que o Mauro também é lá do Extremo-Sul, que trata desse recurso que não foi destinado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só queria perguntar para o nosso parceiro: o recurso que foi passado foi o recurso federal, um adiantamento do federal, não foi passado nada da Prefeitura, que seria em torno de R\$ 6 milhões, né?

SR. PAULO RICARDO BOBEK: Não sei o valor exato, mas posso confirmar isso, mas sim, foram repasses do recurso federal.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Está nesse documento que eu recebi do Mauro, o senhor pode dar uma olhada. Gerusa, tem uma questão?

SRA. GERUSA BITTENCOURT: Eu tenho uma consideração, na verdade, a fazer em relação ao que o Seu Adroaldo solicitou, que diz respeito à Unidade Conceição, até para ficar registrado. Teve a reunião, dia 8 de março, do prefeito com o diretor-presidente do GHC; e dia 13 de março, no conselho local do posto de saúde Conceição, estivemos eu e mais alguns membros da diretoria dando informe da negociação que está acontecendo entre a prefeitura e o GHC, nós inclusive já encaminhamos uma medida para antecipar a questão do projeto, que é o pedido do termo de permissão de uso. Além da questão, que aí vai ser posterior, de a prefeitura passar para o nome do GHC o terreno, nós queremos antecipar a execução do projeto, porque, para a nossa engenharia poder mexer naquele terreno, a gente tem que ter no mínimo o termo de permissão de uso. Então isso a gente também encaminhou.

Sobre o pedido dele da questão da comunidade, o conselho local foi acionado, mobilizado, tinha cerca de 100 pessoas participando da reunião, então eu quero deixar aqui primeiro esse informe e também sugerir que o Seu Adroaldo venha aderir ao conselho local e participar desse espaço, porque ele acontece, ele está acontecendo. A comunidade foi convidada a estar inclusive pensando esse projeto que vai ser feito, que diz respeito ao projeto padrão, que o Barichello também tem um entendimento que a gente deva olhar o que o Ministério exige, mas a gente visitou, inclusive, algumas unidades aqui do município de Porto Alegre e fomos à cidade vizinha, Gravataí, ver outros projetos de engenheiros que não são do GHC, mas que ajudaram a escrever, a desenhar os projetos. Então são projetos bem robustos, ambiciosos, mas o GHC está em plena comunicação com a comunidade do posto de saúde.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): A promotora Márcia está com a palavra.

SRA. MÁRCIA R. C. BENTO: Eu gostaria só de responder a dúvida do Laone sobre a questão da execução. Essa pergunta foi feita ao GHC porque, nesse acordo, o que acontece? O GHC é o credor e o município é o devedor, certo?

Esse acordo eles fizeram, o juiz foi lá e carimbou-o dizendo “está homologado”, usando termos leigos. E o que acontece, como o GHC é o credor, só ele pode cobrar, certo? E nós questionamos o GHC, então, por que o GHC não executa esse acordo, e a resposta foi: “Porque, se nós executarmos este dinheiro vai ser pago para a União, porque o GHC é mantido pela União, e esse dinheiro vai ir para lá e não vai voltar para cá.” Porque, quando tu não cumpres o acordo, ele vai para execução e vira uma dívida que vai entrar no cofre da União, e a gente não quer que esse dinheiro vá para a União, a gente quer que esse dinheiro fique em Porto Alegre, e é por isso que não foi executado, certo?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): É o GHC que tem que cobrar a execução da dívida?

SRA. MÁRCIA R. C. BENTO: Exato, porque ele é o credor. O Município deve para o GHC, ele não deve para vocês, para mim, entende? É para o GHC. Então cabe a ele cobrar.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Essa novela está indo longe demais, Laone.

SRA. MÁRCIA R. C. BENTO: Eu entendo, mas...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Não está sendo cumprido o TAC, não é, Márcia?

SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA: São 20 anos na busca desse posto. O que a gente percebeu, no passado, é o seguinte: eu não cobro, e tu não me pagas; eu não cobro, e tu não me pagas.

Pessoas estão morrendo porque é o que acontece. Nós tivemos um cidadão que morreu na cadeira do dentista lá no posto de saúde, e isso é o que vai acontecer daqui para frente, pessoal. Hoje nós temos a força, eu mostro para vocês aqui:

gravem tudo, mostrem tudo e coloquem tudo nas redes sociais. Chega de o povo ficar só escutando. Tem pessoas de boa vontade: “Ah, mas eu me ponho à disposição. Mas eu isso, mas eu aquilo”. Não, pessoal, nós somos executados, nós não temos perdão. Eu tenho que salientar o seguinte: nós tivemos uma moradora lá que o imóvel foi a leilão por causa de uma dívida de R\$ 8.000,00 de IPTU. Esse imóvel foi colocado em leilão por R\$ 50 mil e foi arrematado por R\$ 100 mil. Uma moradora antiga, com uma filha e quatro netos, com quanto de dinheiro ela vai sair para comprar uma outra casa num outro lugar, se essa casa hoje é avaliada, no mínimo, em R\$ 200 mil? Dívida de IPTU, pessoal, execução pessoal; o Poder Público executando o povo. Muito obrigado.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Olhem só, nós temos três encaminhamentos importantes para fazer. Nós percebemos que esta reunião, infelizmente, deixou muito a desejar. Nós imaginávamos, pelo que andamos pela cidade visitando as unidades, que hoje poderias sair, ao mínimo, o calendário de algumas licitações. A do GHC já estava resolvida, a do pronto atendimento já estava resolvida, e as outras eram garantidas pelo BIRD, pelo império BIRD. Eu não vi nada concreto, Vânia, nada concreto, a não ser o Esmeraldo, a Santo Alfredo que pode...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom, então, nós vamos fazer três encaminhamentos para que, a partir de 30 dias – que foi o que combinei com as minhas colegas vereadoras –, encaminhar primeiro: a questão dos prontos atendimentos. Paulo, nós vamos fazer as visitas, que vão ser reuniões emergenciais aqui da COSMAM. Aquilo que nós havíamos já combinado no final do ano, a primeira seria da Lomba, e depois a Bom Jesus. Importante que nessa da Lomba, tu já encaminhes também para o DMLU fazer limpeza do terreno. O DMLU faz isso, senão o mosquito da dengue pode estar lá. Então não é só a

Vigilância, mas o DMLU opera a limpeza junto com a Vigilância. Nós também podemos reforçar aqui, enquanto Comissão.

As unidades do GHC, promotora Márcia, em 30 dias, eu prometo que nós vamos... Nós vamos pedir a reunião já nesta semana ou na semana que vem, mas, em 30 dias, eu gostaria que essa reunião saísse para vocês me responderem ou responder para a Comissão. Nós podemos propor datas, mas nós vamos convocar o GHC e vamos convocar o poder público municipal. Eu quero ver se esse namoro deu certo ou não, porque me parece que não deu; um fala uma coisa, outro fala outra; um fala um valor, o outro fala outro; um fala os modelos que ora podem ser executados pelo Ministério, outro modelo: “Ah, custa 12 milhões, não é possível viabilizar”. E o poder público está dizendo que tem 6 milhões, a Vânia falou aqui que tem 6 milhões; a dívida é muito maior. Eu vou querer que o superintendente Barichello vá a essa reunião para ele dizer qual é a dívida, e eu quero ouvir do Município, se não for do secretário, do prefeito. Nós vamos convidá-los, nós precisamos resolver isso, isso está demais. Faz três anos que eu estou puxando a pauta aqui; saiu um acordo aqui no plenário e não foi executado. Era para sair a licitação dia 8, Vânia, esse é o comentário que veio da Secretaria. O meu assessor Acir não me deixa de mentir que o poder público municipal iria fazer o processo de abertura da licitação. Agora estão dizendo que o Coinma, olha só, tinha que entrar na LDO e na Lei Orçamentária. Não veio nada, do ano passado para este ano, para o Coinma não veio nada. Encaminhamentos: a questão do GHC e o poder municipal, uma reunião no Ministério Público. E a outra, reuniões distritais: Conselho Municipal de Saúde, Eliane, nós precisamos fazer reuniões distritais que reúnam as unidades que estariam em promessa de construção, senão... É isso que tu falaste, é um empurra-empurra, é uma forma de precarização do serviço da saúde, e o cidadão está lá na fila, e muitas pessoas podem perder a vida. É real isso que está acontecendo na cidade, e nós – vereadoras e vereadores – nos sentimos impotentes, porque o poder público municipal deixa muito a desejar. A Sra. Vânia Frantz está com a palavra.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Eu gostaria, como encaminhamento, também esclarecer exatamente qual é o impedimento quanto ao BIRD.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Isso é importante, até porque, no início eu tinha falado para ti, Vânia, fora o microfone, para dizeres o que estaria impedindo, e para a senhora reforçar isto: porque é viável esse empréstimo? Vai acontecer? Por que não aconteceu até então?

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Eu só queria trazer, em primeiro lugar, que nos distritais sempre discutimos todas as pautas, muito especialmente a assistência. Eu acho que, quando a gente fala de Secretaria de Saúde, a gente não pode resumir somente a obras; são fundamentais, mas não podemos resumir somente a isso. A Eliane está concordando, acho que o Sr. Valdir sabe também que a gente, no Conselho Municipal, está sempre disposto. Nos convidando, nós estaríamos lá conversando aquilo que são das unidades de saúde. Mas eu acho que eu só queria trazer, Ver. Aldacir Oliboni, que talvez eu não tenha sido bem claro na minha fala de que foram planejados 6 milhões para 2024, tendo em vista que o tempo do rito não precisaríamos, para 2024, os 20 milhões. Aqui a gente não está dizendo... E lembra que eu disse que não se faz uma licitação sem indicar o dinheiro? Mas ele é um dinheiro que não sairá neste ano para pagar a empresa que ganhar a licitação. Então acho que é isso. Não estamos dizendo que vamos fazer 6 milhões e parar a obra, não é isso, então, por favor, só queria deixar bem claro.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Corrigido aqui, em tempo. Não são 6 milhões, são mais de 20 milhões que o Município deve para o GHC. Portanto, o problema não será recurso, porque o recurso aportado pelo poder municipal não paga toda dívida que o Município tem com GHC. Essa é uma realidade que nós vamos ver lá depois, Márcia, contigo, de fato, o que é isso, como é que foi corrigido, qual é o valor?

Paulinho, vai lá, e vamos para a conclusão.

SR. PAULO RICARDO BOBEK: Rapidamente, Vieira, de novo, aquele valor municipal, R\$ 2.171.212,47 está em preparo agora no Fundo Municipal de Saúde, espero que saia o pagamento hoje.

Ver. Oliboni, a solicitação para o DMLU, já encaminhei para o grupo de ações intersetoriais aqui da Prefeitura para limpeza lá da área do pronto atendimento da Lomba, bem rapidamente.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Que bom, muito obrigado. Vamos ao Waldir Bhon Gass.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Rapidinho, mesmo juntando essas emendas impositivas, tanto as daqui como as federais, é uma bruta sem-vergonhice, porque não tem organização nenhuma, porque tu não podes dispor dos recursos dos vereadores para pensar um projeto. Então, as emendas viram realmente um dinheirinho aí para comprar voto ou para... Mas, mesmo assim, Oliboni, mesmo assim, somando o que vocês têm à disposição, que são R\$ 54 milhões, mais os R\$ 20 milhões do OP é brincadeira – é brincadeira –, isso não é nem metade do orçamento, não é nem 1%, ou meio por cento, do orçamento da Prefeitura. Então, a solução para a falta de obras estruturais na saúde não vai passar pelas emendas impositivas e nem hoje pelo OP; tem que mudar radicalmente a concepção de governo, esta tem que ser a nossa briga. Agora eu saio daqui, eu acho que está mais perto de solução aqui, de fato, são as obras do GHC. A comunidade tem que estar em cima, acho que esta tem mais chance de acontecer do que as outras, porque tem de fato dinheiro na Prefeitura. E temos que estar em cima para que saiam os R\$ 6 milhões este ano para avançar o projeto e garantir o dinheiro no ano que vem, depois no outro ano, para concluir as obras. Acho que é essa batalha. Mas eu queria só dizer isso, o controle social realmente é muito importante, acho que, muitas vezes, vemos aqui, acho que teve um tempo já em que os vereadores iam lá no Orçamento Participativo para levar a comunidade, seus eleitores, eles mesmos iam lá para ajudar construir a

proposta para ser realizada pela Prefeitura. Mudou isso, hoje voltou a velha política clientelista e tudo mais, e o povo é o que mais sofre. Então, nós, da comunidade, acho que somos fundamentais para ajudar este jeito de governar a cidade, acho que esse que está errado, não só cidade aqui, mas também a nossa cidade.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Muito bem, Bhon Gass. Vamos para última intervenção, o nome e a região.

SRA. DENISE WOLFFENBÜTTEL MOREIRA: Bom dia a todos, Ver. Oliboni, a toda a comunidade, meu nome é Denise Wolffebüttel Moreira, eu estou como conselheira da região sul para o Orçamento Participativo. *Buenas*, o que nos traz aqui? Temos uma porção de promessas também por parte da Secretaria Municipal de Saúde, do nosso prefeito Sebastião Melo, de ampliação, inclusive de construção, de UBS; ali o Beco do Adelar, cresceu muito a comunidade, a UBS não comporta. Nós temos aqui a dona lara, que tem participado bastante do conselho local, é uma liderança na comunidade. Dona lara, já havíamos combinado aqui de estar falando sobre essa questão. Dia 1º de abril, agora, nós temos o nosso FROP agendado, e a Secretaria de Educação é uma das secretarias que nós estamos demandando, desculpe, da Saúde, a Educação também.

Infelizmente, nós não temos conseguido a confirmação da presença dos secretários. Temos visto muita movimentação nas regiões, nas comunidades, mas a nossa comunidade também está representada no FROP, nós precisamos, temos o direito de sermos atendidos nas nossas reivindicações.

Quero aqui pedir, então, a presença, reforçar a presença do secretário no nosso FROP do dia 1º, para tratar dessas questões das unidades básicas de saúde, especialmente Beco do Adelar, do atendimento, a questão dos exames, que sempre temos dificuldades em relação a isso.

E quero destacar que nós temos muitas pessoas que vêm do outro lado da cidade para serem atendidas ali em vez de serem atendidas na sua própria

região. Então, isso é uma questão que é muito séria, que precisa ser debatida e resolvida.

E, por último, estivemos numa outra reunião de comissão da CUTHAB onde uma das questões que eu coloquei foi a necessidade de readequar a legislação. Nós estamos aqui no Legislativo e nós acabamos de ouvir a representante da Secretaria Municipal de Saúde colocando como justificativa para não avançar nas soluções uma questão que é legal. Então, eu quero sugerir aqui ao Legislativo que se verifiquem os impedimentos que a legislação coloca para o atendimento às necessidades dos direitos da população. Obrigada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ok. A SPDM está aí? A Gislene está aí? Tem alguma coisa a acrescentar, Gislene, do governo?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): É que a SPDM está aqui presente, a gente não dando a palavra para eles fica chato. É importante que é o gestor dos dois prontos atendimentos, tanto da Bom Jesus como da Lomba do Pinheiro...

SRA. GISLENE LIMA: Bom dia, meu nome é Gislene, eu sou gestora da SPDM aqui em Porto Alegre. Em relação às obras, como o próprio Paulo colocou, a coordenação de urgências, nós temos a obra da Lomba do Pinheiro, que ela já avança em mais de 40%, e a obra da Bom Jesus, que avança aí em mais de 10%. Em relação, como foi perguntado ali, em relação ao contrato com a SPDM, até agora a gente não tem nenhuma definição quanto à prorrogação do nosso termo de colaboração.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Como assim não tem definição? Vai até quando?

SRA. GISLENE LIMA: Nosso termo de colaboração ele foi assinado em 22 de outubro de 2019.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Para...

SRA. GISLENE LIMA: Para cinco anos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Cinco anos. Quantos anos já faz?

SRA. GISLENE LIMA: Completa cinco anos agora em 2024, em outubro.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): E vocês não pediram reunião? Nada, para o governo?

SRA. GISLENE LIMA: Está sendo solicitado uma reunião junto à Secretaria para discussão.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, Paulo, vou te cobrar isso por escrito.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. GISLENE LIMA: A obra foi iniciada em setembro do ano passado, ela tem como prazo de execução um ano – da Lomba do Pinheiro.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nós vamos pedir uma reunião separadamente, então, dos dois prontos atendimentos, está bom, Paulo? Vamos pedir uma outra reunião ou fazer uma visita no local. Maurinho, rapidamente.

SR. MAURO: Mauro, da... (Ininteligível.) ...do Hospital da Restinga e da Associação dos Fiscais do Município. Então, o pedido da Eliane, tu não

mencionaste que é a relação do Extremo-Sul, de todas as emendas impositivas da saúde, com número, valor, se é direta ou indireta, e se é pode ser feita obra pela instituição ou vai ser pelo Município. Isso aí ficou registrado então só para complementar o encaminhamento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): *Ok, reforçando aqui o que o Mauro está dizendo, o Extremo-Sul, Vânia, é importante dar uma olhada quando vocês fazem a prestação de contas para a Câmara, ali está vereador por vereador, recurso por recurso empenhado ou não. Porque as emendas do vereador, hoje, cada vereador tem R\$ 1,2 milhão para destinar 50% para a saúde, 50% para outras ações. Então, cada vereador tem para destinar hoje, se fosse para o ano seguinte, R\$ 600 mil de cada vereador. Há uma enorme dificuldade de ter essa concepção de que isso pode ser usado para construção – foi levantado muito bem isso –, porque geralmente é para equipamentos, reformas e tal, mas não para uma nova unidade. Imaginem vocês, aí a Ponta Grossa resolve fazer o posto de saúde, a unidade de saúde, por emendas impositivas dos vereadores, e a Vânia vai dizer: “É R\$ 10 milhões”. Se não conseguiu R\$ 10 milhões, se foi... Então, isso é importante. Então, Vânia, manda o espelho para nós, ou se quiser mandar direto não tem problema, pode se comunicar, mandar para nós fornecermos para a região Extremo-Sul, é isso, Mauro? O que foi direcionado de emendas impositivas para a saúde, que aí eles vão verificar no espelho o que é para material de expediente, o que é para algum programa específico, ou o que é para construção. Pode ser assim?*

Então, pessoal, agradeço aqui a presença de vocês. Nós vamos fazer todos esses encaminhamentos, não é só o Ver. Oliboni, casualmente hoje se estendeu a reunião, ela foi além do meio-dia, peço desculpas a vocês, mas, com certeza, nós vamos continuar lutando. Muito obrigado, até a próxima.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h32min.)